



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

**MARÇO/2010**



**Ministério da Justiça  
Secretaria de Reforma do Judiciário**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Brasília, 31/03/2010

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

**CGU – Controladoria-Geral da União**

**DN – Decisão Normativa**

**IN – Instrução Normativa**

**MJ – Ministério da Justiça**

**N/A – Não se aplica à natureza jurídica da UJ**

**N/O – Não ocorreu no período**

**Port. – Portaria**

**PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania**

**RG – Relatório de gestão**

**SRJ – Secretaria de Reforma do Judiciário**

**TCU – Tribunal de Contas da União**

**UJ – Unidade Jurisdicionada**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>A- CONTEÚDO GERAL</b> .....	9
<u>1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL</u> .....	9
<u>2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</u> .....	11
<u>a) Responsabilidades institucionais</u> .....	11
<u>I. Competência</u> .....	11
<u>II. Objetivos estratégicos</u> .....	11
<u>b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</u> .....	12
<u>I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade</u> <u>esteja inserida</u> .....	12
<u>II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão</u> .....	13
<u>c) Programas sob a responsabilidade da unidade</u> .....	15
<u>I. Relação dos programas e suas principais ações</u> .....	15
<u>1. Dados Gerais do Programa</u> .....	15
<u>2. Dados Gerais da Ação</u> .....	16
<u>3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício</u> .....	17
<u>a) Principais Resultados</u> .....	17
<u>b) Principais Problemas</u> .....	19
<u>c) Contratações e Parcerias</u> .....	19
<u>d) Transferências</u> .....	19
<u>II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das</u> <u>ações</u> .....	20
<u>III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras</u> .....	20
<u>d) Desempenho Operacional</u> .....	50
<u>I. Evolução das receitas e despesas</u> .....	50
<u>II. Indicadores de desempenho</u> .....	51
<u>III. Análise do desempenho</u> .....	56
<u>e) Programação Orçamentária</u> .....	59
<u>I. Programação de Despesas Correntes</u> .....	60
<u>II. Programação de Despesas de Capital</u> .....	60
<u>III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência</u> .....	61
<u>IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional</u> .....	61
<u>V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</u> .....	62
<u>1. Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por</u> <u>movimentação interna e externa</u> .....	62
<u>f) Execução Orçamentária</u> .....	63
<u>I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ</u> .....	63
<u>1. Despesas por Modalidade de Contratação</u> .....	63
<u>2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa</u> .....	64
<u>3. Evolução de Gastos Gerais</u> .....	65
<u>4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa</u> .....	66

<u>5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ</u> .....	67
II. <u>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</u> .....	67
III. <u>Execução Orçamentária por Programa de Governo</u> .....	67
<u>1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo</u> .....	67
<u>2. Análise Crítica da Execução Orçamentárias por Programa de Governo</u> .....	67
IV. <u>Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ</u> .....	68
<u>1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ</u> .....	69
g) <u>Indicadores Institucionais</u> .....	70
3. <u>RECURSOS HUMANOS</u> .....	70
a) <u>Composição do Quadro de Recursos Humanos</u> .....	70
<u>I. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009</u> .....	71
b) <u>Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009</u> .....	72
c) <u>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</u> .....	73
d) <u>Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos</u> .....	76
5. <u>PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR - EXERCÍCIO DE 2009</u> .....	79
<u>I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios</u> .....	79
6. <u>TRANSFERÊNCIAS</u> .....	80
<u>I. Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo</u> .....	83
11. <u>DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</u> .....	84
a) <u>Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno</u> .....	85
b) <u>Relatório de cumprimento das deliberações do TCU</u> .....	86
12. <u>INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.</u> ....	86
a) <u>Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício</u> .....	86
13. <u>DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA - SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.</u> .....	86
14. <u>OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO.</u> .....	87
<b><u>B- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</u></b> .....	87
<u>1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL</u> .....	87

5. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... 87

O presente Relatório esta estruturado conforme as orientações do Tribunal de Contas da União, Decisão Normativa nº 100, de 07 de outubro de 2009.

Cabe esclarecer que os itens 4, 7, 8, 9 e 10 da letra A e os itens 2, 3, 4 e 5 da letra B e a letra C do anexo II da DN TCU nº 100/2009 **não se aplicam à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.**

As informações constantes no presente Relatório iniciam-se com dados sobre as responsabilidades institucionais da Secretaria de Reforma do Judiciário, compreendendo sua competência, objetivos estratégicos, estratégia e plano de atuação para o período ora analisado.

Em seguida informaremos os Programas e ações de responsabilidade da SRJ ressaltando os principais resultados alcançados, problemas enfrentados, contratações e parcerias firmadas bem como as transferências realizadas.

Sobre o desempenho operacional desta Secretaria discorreremos sobre a evolução das receitas e despesas, indicadores e análise do desempenho da Unidade.

Ressalta-se que as informações referentes ao orçamento desta Secretaria estão a divididas em programação e execução orçamentária.

No que diz respeito à programação orçamentária demonstraremos a programação das despesas correntes e de capital bem a movimentação por grupo e elemento de despesa.

Já sobre a execução orçamentária as informações constantes referem-se às despesas por modalidade de contratação, execução por Programa de Governo com dados sobre a execução física e financeira das ações executadas pela SRJ seguida de uma análise crítica sobre o atingimento das metas físicas e financeiras previstas para o exercício coberto por este Relatório.

Este Relatório contem informações sobre Recursos Humanos, pagamento de restos a pagar, transferências, deliberações dos Órgãos de Controle Interno, bem como as informações contábeis da gestão.

As principais realizações da gestão no exercício abrangido pelo presente Relatório foram: realização de cursos de mediação e técnicas autocompositivas para operadores do Direito; acompanhamento das propostas legislativas junto ao Congresso Nacional resultando na aprovação de 12 projetos de leis, objeto do II Pacto de Estado; realização de eventos e seminários bem como intercâmbios internacionais.

No âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania os principais resultados alcançados dizem respeito à implementação de equipamentos públicos de atenção aos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, de assistência jurídica gratuita ao preso e seus familiares, núcleos de mediação comunitária, bem como, o apoio a projetos de fomento à prática de mediação nas faculdades de direito.

Para o exercício seguinte, os planos da SRJ são de continuidade ao apoio à implementação dos equipamentos públicos mencionados com sua expansão para todos os Estados abrangidos pelo PRONASCI e, especialmente, buscando a interiorização dos serviços, promovendo o acesso à justiça para essas localidades.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas pelo Departamento de Política Judiciária, o plano da SRJ é de monitorar o trâmite no Congresso nacional dos projetos de Lei prioritários dentro dos eixos temáticos do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo.

Ressalta-se que também pretendemos, em 2010, publicar o Relatório da Gestão da Secretaria de Reforma do Judiciário no período de 2007 a 2009; a 3ª edição do livro Justiça Comunitária – uma experiência; as cartilhas *Brasilzinho Justiça e Cidadania*, fruto de uma parceria do Ministério da Justiça com a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Rede Globo; os Diagnósticos do Ministério Público e Advocacia Pública.

Além disso, faremos a implementação do Papel de Segurança nas Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito e do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC) destinado a coletar informações originadas pelas serventias de registro civil de Pessoas Naturais.

Com esses planos pretende-se, no próximo exercício, dar cumprimento à missão institucional da Secretaria de Reforma do Judiciário, qual seja, promover a concretude do princípio constitucional da harmonia e independência entre os Poderes, buscando imprimir demonstrações claras e objetivas da integração e preocupações comuns dos poderes.



A- Conteúdo Geral

1. Identificação do Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça		<b>Código SIORG:</b> 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Secretaria de Reforma do Judiciário			
<b>Denominação abreviada:</b> SRJ			
<b>Código SIORG:</b> 74381		<b>Código LOA:</b> 30101	
<b>Código SIAFI:</b> 200237			
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ		<b>Código CNAE:</b> NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>		61 -2025-9118	61 2025-3775
<b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:reformadojudiciário@mj.gov.br">reformadojudiciário@mj.gov.br</a>			
<b>Página da Internet:</b> <a href="mailto:reformadojudiciário@mj.gov.br">reformadojudiciário@mj.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios, Bloco T, sala 324, ed. Sede. CEP: 70064-900. Brasília/DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 4.685, de 29 de abril de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2003, Seção I.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 16 de março de 2007, Seção I.			
<b>Regimento Interno:</b> Portaria nº 276, de 10 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2006, Seção I.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Os manuais e publicações elaborados e lançados pela Secretaria de Reforma do Judiciário em 2009 foram os seguintes:			
<b>II Edição da Cartilha “O que é Justiça Comunitária”.</b> Esta cartilha foi distribuída aos núcleos de justiça comunitária implantados nos Estados abrangidos pelo PRONASCI e também nos eventos realizados pela SRJ. A versão eletrônica encontra-se no site da SRJ.			
<b>Manual sobre o “curso de capacitação em mediação Comunitária”.</b> Este manual faz parte do material didático dos cursos de capacitação em mediação comunitária ministrados a equipe multidisciplinar dos núcleos de Justiça Comunitária apoiados e/ou implantadas pela SRJ em todos Brasil.			
<b>Manual de Mediação Judicial.</b> Esta publicação é fruto de uma parceria da Secretaria de Reforma do Judiciário com o Conselho Nacional de Justiça e a Universidade de Brasília e faz parte do material didático do curso de técnicas de mediação que foram ministrados a Operadores do Direito.			
<b>II Edição da Cartilha Nacional da Arbitragem – o que você precisa saber.</b> Esta cartilha foi distribuída, pela OAB/DF, nos grandes pontos de circulação de pessoas no DF e entorno.			
<b>III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil.</b> Com dados sobre o perfil da Instituição e do Defensor Público este estudo foi distribuído para todas as Defensorias dos Estados e da União.			
<b>Cartilha informativa sobre o sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores RENAJUD</b>			

– esta foi elaborada em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Cidades e o SERPR e foi distribuída para todos os usuários do referido sistema RENAJUD.

**Folder informativo sobre as Ações do PRONASCI.** Este material foi elaborado com vistas à divulgação das ações de responsabilidade da SRJ no âmbito do PRONASCI: Efetivação da Lei Maria da Penha, Assistência Jurídica ao preso, presa e familiar pela Defensoria Pública, Justiça Comunitária e Capacitação de Operadores do Direito em Técnicas de Mediação.

<i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>	
<i>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
N/A	Não se aplica à natureza jurisdicional da UJ
<i>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
N/A	Não se aplica à natureza jurisdicional da UJ
<i>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</i>	
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
N/A	N/A

## **2. Gestão Orçamentária**

### *a) Responsabilidades institucionais:*

#### *I. Competência*

A Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, criada por meio do Decreto 4.685, de 29 de abril de 2003, artigos 23 e 24, alterado pelo Decreto nº 6.061 de 15 de março de 2007, tem competência para: orientar e coordenar ações com vistas à adoção de medidas de melhoria dos serviços judiciários prestados aos cidadãos; examinar, formular, promover, supervisionar e coordenar os processos de modernização da administração da Justiça brasileira, por intermédio da articulação com os demais órgãos federais, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público, dos Governos Estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil.

Propor medidas e examinar as propostas de reforma do setor judiciário brasileiro; processar e encaminhar aos órgãos competentes expedientes de interesse do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; instruir e opinar sobre os processos de provimento e vacância de cargos de magistrados de competência do Presidente da República; instruir e opinar sobre assuntos relacionados a processos de declaração de utilidade pública de imóveis, para fins de desapropriação com vistas à sua utilização por órgãos do Poder Judiciário da União.

Compete também à Secretaria de Reforma do Judiciário dirigir, negociar e coordenar os estudos relativos à implementação das ações da política de reforma judiciária; coordenar e desenvolver as atividades concernentes à relação do Ministério com o Poder Judiciário, especialmente no acompanhamento de projetos de interesse do Ministério relacionados com a modernização da administração da Justiça brasileira; assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades de fomento à modernização da administração da Justiça; e instruir os processos de provimento e vacância de cargos de magistrados de competência da Presidência da República.

#### *II. Objetivos estratégicos*

A Secretaria de Reforma do Judiciário reflete uma prioridade do Governo Federal e tem origem na avaliação de que é necessário aprimorar o funcionamento do Poder Judiciário tornando-o mais rápido, ágil e eficiente, para que a Justiça seja acessível à

população brasileira.

Esta Secretaria tem por objetivo formular, promover, supervisionar e coordenar os processos e propostas de modernização da administração da justiça brasileira, por intermédio da articulação com os demais órgãos federais, com o Poder Judiciário, Poder Legislativo, Ministério Público, Governos estaduais, agências internacionais e organizações da sociedade civil com o escopo de propor e difundir ações e projetos de aperfeiçoamento do sistema de justiça brasileiro.

Isto posto, a atuação da Secretaria de Reforma do Judiciário tem se dado tanto na proposição de propostas e alteração legislativa como no acompanhamento das mudanças legislativas que tem como objeto estabelecer estratégias e diretrizes para tornar o Sistema de Justiça mais democrático, rápido, eficiente e transparente.

A SRJ também executou de forma direta e indireta ações voltadas a promover a democratização do acesso à Justiça no Brasil.

Para isso produziu estudos e diagnósticos que subsidiarão o fortalecimento de órgão e instituições, públicas e privadas, que atuam diretamente na promoção da democratização do acesso à justiça no País.

Ressalta-se que com vista a tornar sua atuação mais transparente e eficiente a SRJ aderiu ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública de iniciativa do Governo Federal.

Para isso, um dos primeiros passos dados foi à realização de uma oficina de auto-avaliação nos moldes do GesPública que resultou na elaboração de um plano de melhorias, cuja implementação se iniciará em 2010.

Além disso, a SRJ é membro do comitê-GesPública que tem trabalhado na elaboração da carta de serviços ao cidadão do Ministério da Justiça.

#### *b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais*

##### *I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida*

O Plano estratégico da Secretaria de Reforma do Judiciário baseou-se na continuidade das ações iniciadas em 2008, como a firmação de parcerias com vistas à execução das ações de responsabilidade da SRJ no âmbito do PRONASCI, como também no acompanhamento das reformas legislativas e intercâmbios internacionais.

A firmação de parcerias possibilitou os repasses de recursos feitos com vistas à

execução de políticas públicas garantidoras do acesso à justiça.

Com isso foi possível estruturar os núcleos da Defensoria Pública especializados em atendimento à população carcerária; implantar juizados, núcleos e promotorias de combate à violência familiar e doméstica contra a mulher no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados, Defensorias Públicas e Ministério Público do Estados bem como a implantar núcleos de justiça comunitária.

## *II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão*

---

Em observância à sua missão institucional, para o ano de 2009, o plano de ação da Secretaria de Reforma do Judiciário apresentou as seguintes diretrizes:

- Promover a articulação entre o Executivo, o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público, governos estaduais, entidades da sociedade civil e organismos internacionais com o objetivo de propor e difundir ações e projetos de aperfeiçoamento do Sistema de Justiça brasileiro;
- Propor e acompanhar as mudanças legislativas visando estabelecer estratégias, em parceria com os demais poderes, para tornar o Sistema de Justiça mais democrático, rápido, eficiente e transparente;
- Promover, coordenar, sistematizar e angariar propostas referentes às alterações normativas pelo aperfeiçoamento do Sistema de Justiça brasileiro, bem assim, em relação à reforma constitucional e outras alterações legislativas em tramitação no Congresso Nacional;
- Propor e impulsionar práticas de modernização da gestão do Sistema de Justiça e que promovam a ampliação do acesso à Justiça para os brasileiros;
- Executar medidas e ações voltadas a promover a Democratização do Acesso à Justiça no Brasil;
- Fortalecimento da Defensoria Pública da União e dos Estados, por meio da produção de subsídios que auxiliem esse Órgão a desempenhar suas atribuições constitucionais;
- Apoio a projetos e ações que promovam meios alternativos de resolução de conflitos, visto que esses meios mostram-se ferramentas importantes para a construção de uma autêntica política de democratização do sistema de Justiça.

- Em decorrência das diretrizes acima mencionadas, o plano de ação para o período apresentou os seguintes objetivos:
- Coordenar a assinatura do II Pacto de Estado pela Reforma do Sistema de Justiça pelos chefes dos Poderes da República;
- Apresentar conclusão da discussão sobre as reformas normativas na área do Direito do Trabalho entabuladas pela Comissão de Alto Nível e, entre o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;
- Realizar a publicação de Revista da Reforma Infraconstitucional do Processo Penal, de Manual de Mediação Judicial e de Manual do usuário do Sistema RENAJUD;
- Realizar o III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil;
- Realizar o I Diagnóstico da Advocacia Pública no Brasil;
- Lançar, em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, edital de seleção de projetos de pesquisa referentes ao projeto “Pensando o Direito”;
- Elaborar propostas de modernização do sistema cartorário extrajudicial, em condução dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial constituído;
- Coordenar e executar, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – do Ministério da Justiça, as seguintes ações: I) “Justiça Comunitária”; II) “Efetivação da Lei Maria da Penha”; III) “Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares pela Defensoria Pública”; IV) “Cursos em Técnicas de Mediação de Conflitos para Operadores do Direito”; V) “Cursos em Direitos Humanos Aplicados”; e VI) “Pacificar”.

Como desdobramento dos objetivos traçados pela Secretaria de Reforma do Judiciário para o período de 2009 foram atribuídas as seguintes metas:

- Assinatura do II Pacto de Estado pela Reforma do Sistema de Justiça pelos chefes dos Poderes da República em abril de 2009;
- Publicação de Revista da Reforma Infraconstitucional do Processo Penal em novembro de 2009;
- Publicação de Manual de Mediação Judicial em novembro de 2009;

- Publicação de Manual do usuário do Sistema RENAJUD em novembro de 2009;
- Publicação do III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil em outubro de 2009;
- Contratação de empresa para realização o I Diagnóstico da Advocacia Pública no Brasil em outubro e 2009;
- Lançamento do edital de seleção de projetos de pesquisa referentes ao projeto “Pensando o Direito” em novembro de 2009;
- Fortalecimento, por meio da ação de “Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares pela Defensoria Pública”, de núcleos de atendimento ao preso e presa e seus familiares nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul;
- Implementação, por meio da ação de “Justiça Comunitária”, de 20 Núcleos de Justiça Comunitária;
- Por meio da ação de “Cursos em Técnicas de Mediação de Conflitos para Operadores do Direito”, realização de 5 cursos;
- Por meio da ação de “Cursos em Direitos Humanos Aplicados” realização de 2 cursos; e
- Por meio da ação “Pacificar”, apoiar 10 faculdades de direito para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão universitária que estimulem a prática da resolução pacífica de conflitos mediante a utilização de técnicas de mediação e composição de conflitos.

*c) Programas sob a responsabilidade da unidade:*

*I. Relação dos programas e suas principais ações:*

*1. Dados Gerais do Programa*

1083 – Programa Reforma do Judiciário:

<b><i>Tipo de Programa</i></b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
<b><i>Objetivo Geral</i></b>	Democratizar e aperfeiçoar o acesso à Justiça e à Cidadania e garantir a defesa dos Direitos Fundamentais
<b><i>Objetivos Específicos</i></b>	Modernizar e promover a transparência das Instituições do Sistema de Justiça e democratizar o acesso à Justiça, com a implementação de políticas públicas e efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos.
<b><i>Gerente do Programa</i></b>	Rogério Favreto
<b><i>Responsável pelo programa no âmbito da</i></b>	Wagner Augusto da Silva Costa

<b>UJ</b>	
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Tempo médio gasto entre a entrada de um processo e o seu trânsito em julgado
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Instituições, Operadores do Direito e Sociedade Civil.

## 2. Dados Gerais da Ação

Ação 8974 – Desenvolvimento de Projetos para a Democratização do Acesso à Justiça.

<b>Tipo da Ação</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Desenvolver iniciativas que objetivem a democratização do acesso à justiça; ações de cidadania consistentes em informação e conscientização de direitos, bem como a ampliação de programas voltados à efetivação de direitos fundamentais da população mais carente.
<b>Descrição</b>	Elaboração de um programa nacional de democratização do acesso à justiça que inclua no sistema judiciário brasileiro uma parcela majoritária da população, que por razões de ordem formal e principalmente material, não consegue acessá-lo. Elaborar iniciativas de garantia da cidadania, consistentes em projetos de informação e conhecimento de direitos, incluindo a formação de agentes. Fortalecimento das Defensorias Públicas. Apoio a projetos e eventos relacionados à Efetivação da Lei Maria da Penha, Justiça Comunitária, Assistência Jurídica Integral aos presos e familiares e Cursos de Aperfeiçoamento em Técnicas de Mediação e Composição de Conflitos. Disseminação da utilização de meios alternativos de resolução de conflitos, visando aprimorar o sistema de justiça da comunidade. Incentivo às experiências de mediação e de conciliação pré-processuais realizadas por lideranças comunitárias. Mapeamento das experiências exitosas sobre meios alternativos de resolução de conflitos, promovendo o apoio técnico aos interessados em utilizá-las. Promoção de cursos de formação e ação mediadora para profissionais do direito e lideranças comunitárias. Monitoramento da transparência da gestão judiciária através da elaboração de uma proposta de observatório. Desenvolvimento de campanhas nacionais de implementação de centrais de comunicação de prisão em flagrante. Criação e manutenção do Observatório da Justiça Brasileira.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria de Reforma do Judiciário
<b>Coordenadora Nacional da Ação</b>	Lady Ana do Rego Silva
<b>Unidades Executoras</b>	Secretaria de Reforma do Judiciário



### *3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício:*

---

#### **a) Principais Resultados:**

---

Os principais resultados obtidos no âmbito desta ação foram:

**Realização do seminário para apresentação e discussão do Projeto “Observatório da Justiça Brasileira”**, nos dias 2 e 3 de maio de 2009, no auditório da Fundação de Empreendimentos Tecnológicos da Universidade de Brasília/DF.

O Observatório é fruto de uma parceria da Secretaria de Reforma do Judiciário com a Secretaria de Assuntos Legislativos e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Três eixos norteiam a criação do instituto: o aproveitamento das pesquisas acadêmicas para orientar futuras reformas, a avaliação dos seus efeitos por meio de diagnósticos e a construção de um banco de dados para replicar as boas práticas dos órgãos de Justiça e da sociedade civil.

Para a implementação do Observatório o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, assinará, em 2010, um termo de cooperação com a Universidade Federal de Minas Gerais que ficará responsável pela coordenação dos núcleos de pesquisas.

Caberá ao Ministério da Justiça arcar os custos financeiros da pesquisa.

**Participação no I Seminário Internacional de Justiça Restaurativa**, realizado pela Associação Brasileira de Magistrados, promotores de justiça e defensores públicos da infância e juventude nos dias 30 de setembro, 01 e 02 de outubro de 2009 no teatro Santos Dumont em São Caetano do Sul/SP.

Ressalta-se que a SRJ firmou duas parcerias para implantar mais dois novos núcleos de justiça restaurativa no Brasil.

**Intercâmbio sobre mediação: experiência brasileira.** A Secretaria de Reforma do Judiciário realizou, em parceria com o Programa EUROSOCIAL-Justiça, o Intercâmbio sobre “Mediação - Experiências Brasileiras” nos dias 08 a 10 de junho de 2009 em Fortaleza – CE com representantes da Argentina, Costa Rica e França, cujo objetivo é ampliar o debate e a capacidade de inovar nas políticas de Estado que resultam na construção de novos modelos sociais de gestão dos órgãos da justiça.

**Participação no III Seminário de Arbitragem: Lançamento oficial da Campanha Arbitragem – “A escolha é sua”**, realizado no dia 24 de setembro pela

Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal. Na ocasião foi lançado a 2ª Edição da Cartilha Nacional da Arbitragem – O que você precisa saber, elaborada pela SRJ. O objetivo do evento foi debater a necessidade de fortalecer os meios alternativos de solução de conflitos, inclusive a mediação e a arbitragem, que são práticas reconhecidas pela Justiça e destina-se a solucionar conflitos de modo rápido e de forma consensual entre as partes, com privacidade e ética.

**Participação no VIII Congresso Nacional dos Defensores Públicos**, realizado nos dias 03 a 06 de novembro pela Associação Nacional dos Defensores Públicos em Porto Alegre/RS. O evento reuniu 370 defensores públicos que juntos debateram a importância da Defensoria Pública como um passaporte essencial à cidadania.

Na ocasião foi lançado o III Diagnóstico da Defensoria Pública.

Já em relação à mediação de conflitos os **resultados** obtidos em 2009 concentram-se na realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento em mediação e técnicas mediativas para operadores do Direito.

Ao todo foram realizados quatro cursos de formação de multiplicadores para magistrados nas seguintes localidades: a) I Curso de capacitação e aperfeiçoamento em mediação e técnicas mediativas para 45 Juizes Federais, ocorrido nos dias 29 de março a 1 de abril de 2009 em Brasília/DF; B) II Curso de capacitação e aperfeiçoamento em mediação e técnicas mediativas para 36 Juizes Estaduais, ocorrido nos dias 12 a 14 de agosto de 2009 em Brasília/DF; c) III Curso de capacitação e aperfeiçoamento em mediação e técnicas mediativas para 12 Juizes Federais do TRF da 5ª Região, ocorrido nos dias 22 a 25 de setembro de 2009, em Recife/PE; d) IV Curso de capacitação e aperfeiçoamento em mediação e técnicas mediativas para 25 Juizes Federais do TRF da 3ª Região, ocorrido nos dias 9 a 11 de novembro em São Paulo/SP.

Também foi realizado o primeiro Curso de formação de Multiplicadores em mediação e técnicas mediativas para 56 Advogados, ocorrido nos dias 19 a 21 de agosto de 2009 em Brasília/DF;

Além dos cursos de multiplicadores, em 2009 foram capacitados mais de 300 e magistrados servidores nos Estados do Rio de Janeiro, Tocantins, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, por meio das parcerias consolidadas no ano de 2008.

Para subsidiar a realização dos cursos a SRJ confeccionou um “manual de mediação judicial. Fruto de uma parceria entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça e a Universidade de Brasília o manual foi lançado no dia 11 de agosto de 2009 em Brasília/DF.

#### ***b) Principais Problemas:***

---

Não ocorreu no período.

#### ***c) Contratações e Parcerias:***

---

Das parcerias firmadas por meio do Programa 1083 – Reforma do Judiciário, deram-se com vistas à implementação da ação **8974 – Desenvolvimento de Projetos para a Democratização do Acesso à Justiça destacam-se:**

Assinatura, no dia 18 de dezembro de 2009, de um acordo de cooperação, nº 05/2009, firmado entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Ministério Público do Estado da Bahia, Defensoria Pública do Estado da Bahia e Governo do Estado da Bahia com vistas à implantação de Núcleos de Justiça Restaurativa no âmbito do Tribunal de Justiça daquele Estado.

O primeiro Núcleo será instalado na Extensão do 2º Juizado Especial Criminal, localizado no bairro Largo do Tanque em Salvador, onde desde 2002 funciona um projeto piloto sob a coordenação da juíza titular do juizado supracitado.

Dentre as atribuições da SRJ esta a capacitação de operadores indicados para os núcleos e, quando necessário, o aporte de recursos com vistas à aquisição de equipamentos e material pedagógico.

Não houve contratações no período abrangido pelo Relatório.

#### ***d) Transferências:***

---

As transferências realizadas por meio da Ação 8974 - Desenvolvimento de Projetos para a Democratização do acesso à justiça executada no âmbito do Programa 1083 – Reforma do Judiciário foram as seguintes:

**Projeto PNUD BRA/05/036** – Fortalecimento da Justiça Brasileira, assinado em 29/12/05, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores com vistas a subsidiar o processo de reforma do sistema de justiça brasileiro por meio de realização de estudos e pesquisas. O valor repassado em 2009 foi de R\$ 521.014,34.

**Termo de convênio nº 41/09**, assinado em 29/12/09, firmado com a Fondation Terre des Hommes cujo objeto é a implementação de um Núcleo de Justiça Restaurativa Juvenil no município de São José do Ribamar no Maranhão. Por meio desse convênio a

SRJ repassará o valor total de R\$ 297.294,00. Os recursos foram empenhados em 30 de dezembro de 2009 e será repassado no exercício de 2010.

**Termo de convênio nº 28/2009**, assinado em 29 de dezembro de 2009, firmado com o Ministério Público do Rio Grande do Sul para implementação e manutenção de dois Núcleos de Justiça Juvenil Restaurativa nas comunidades de Restinga e Vila Cruzeiro, em Porto Alegre/RS. Valor total de R\$ 337.824,76, dos quais R\$ 118.167,00 foram empenhados em 2009 e serão pagos em 2010.

**Termo de Convênio nº 45/2009**, assinado em 30/12/09, firmado com a Comissão dos Direitos Humanos de Passo Fundo para contratação de serviços com vistas a realização de Mesas de diálogos sobre Direitos Humanos entre o Movimento Nacional de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul e Organizações Não Governamentais. Valor de R\$ 103.000,00. O valor do repasse que é de R\$ 100.940,00 foram inscritos no resto a pagar de 2009, conforme empenho realizado em 18/12/09.

## *II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações*

É de responsabilidade da Coordenação-Geral de Provimento e Vacância da Secretaria de Reforma do Judiciário a condução da ação 8974 – Desenvolvimento de Projetos para a Democratização do acesso à justiça executada no âmbito do Programa 1083 – Reforma do Judiciário.

## *III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras*

As metas físicas e financeiras previstas para esta Ação foram atingidas com êxito.

## ***Dados Gerais da Ação -12GE - Modernização das Instituições do Judiciário Brasileiro – Morejus***

<b><i>Tipo da Ação</i></b>	Projeto
<b><i>Finalidade</i></b>	Apoiar a elaboração e implementação de projetos específicos de modernização e reaparelhamento dos órgãos do sistema de justiça, no nível federal, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão e promoção da integração de informação e de sistemas, conferindo-lhes maior agilidade, eficiência, eficácia e ampliando o acesso à Justiça.
<b><i>Descrição</i></b>	1. Apoio à formulação e implementação de projetos de investimentos para modernização da gestão do sistema de justiça.

	<p>Os referidos projetos serão desenhados e negociados entre o Ministério da Justiça, os Tribunais Superiores, a Justiça Federal, Estadual e Distrital, os Estados e o Distrito Federal e deverão promover prioritariamente: a) a integração entre os órgãos do sistema judiciário brasileiro; b) a ampliação da legitimidade social do Poder Judiciário; c) a gestão de recursos humanos; d) a gestão do conhecimento (Tecnologia da Informação);</p> <p>2. Convênios para implementação de sistemas informatizados com o intuito de agilizar a prestação jurisdicional.</p> <p>3. Realização de eventos para premiação de boas práticas do Poder Judiciário;</p> <p>4. Estabelecimento de parcerias para capacitação de operadores do direito, funcionários, gestores da administração pública e servidores da Secretaria de Reforma do Judiciário.</p> <p>5. Continuidade das reformas Constitucional e infraconstitucional, priorizando iniciativas legislativas e desenvolvendo pesquisas a fim de aferir o impacto destas no funcionamento do sistema de justiça brasileiro.</p> <p>6. Incentivar a criação das centrais de comunicação de prisão em flagrante;</p> <p>7. Implantação do sistema de restrição e bloqueio de veículos por meio eletrônico - RENAJUD;</p> <p>8. Implantação do sistema de penhora on-line de imóveis;</p> <p>9. Criação de Grupos de Estudos e Trabalho direcionados à modernização do Sistema e acesso à Justiça;</p> <p>10. Estimular o ensino e a prática da mediação de conflitos na área de graduação do ensino do Direito e escolas superiores.</p> <p>11. Desenvolvimento e implementação de novos programas e equipamentos na área da informática para agilização dos processos judiciais e acesso à Justiça.</p> <p>MEDIDAS DE EFETIVAÇÃO DAS REFORMAS LEGISLATIVAS: Implantação de Varas Agrárias; Efetivação da Lei Maria da Penha; Sistema de Cadastro de Casos de Violação a Direitos Humanos; Formação em Direitos Humanos e mediação de conflitos.</p>
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Secretaria de Reforma do Judiciário
<i>Coordenadora Nacional da Ação</i>	Lady Ana do Rego Silva
<i>Unidades Executoras</i>	Secretaria de Reforma do Judiciário

### ***Principais Resultados:***

Os principais resultados obtidos no âmbito desta ação foram:

**Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores RENAJUD:** Com o objetivo de capacitar e orientar os usuários do sistema de Restrição e Bloqueio Judicial de Veículos – RENAJUD - desenvolvido por meio de um acordo de Cooperação Técnica, assinado em março de 2007 entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça e que tem por objetivo integrar o Poder Judiciário e o DENATRAN possibilitando ao magistrado bloquear a transferência de um veículo pela Internet, em tempo real, aumentando a eficiência das decisões judiciais e de inviabilizar a prática de condutas fraudulentas, ao mesmo tempo em que simplificará o procedimento para o Poder Público - a Secretaria de Reforma do Judiciário juntamente com o SERPRO e os parceiros acima informados elaborou, em meados de 2009, uma Cartilha informativa sobre o RENAJUD. Foram impressos 50 mil exemplares da cartilha, denominada de *RENAJUD: Restrições Judiciais de veículos automotores – Manual do usuário*, e enviada pelos correios a todos os cartórios brasileiros.

**Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA.** A partir de 2009 a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro – ENCCLA – passou a funcionar de forma menos conceitual e mais operacional, em regime de colaboração. No lugar de metas pontuais ligadas a um órgão responsável estabeleceram-se ações vinculadas a temas principais e de responsabilidade dos três grupos temáticos: Operacional, Jurídico e Tecnológico.

Como membro direto do Grupo Jurídico a SRJ esteve presente na maioria das 12 reuniões, do grupo Jurídico, ocorridas em 2009, cujos temas abordados nessas reuniões estão o Projeto de Lei nº 150/2006 que versa sobre as organizações criminosas e as propostas de alteração da lei nº 8.429/92, lei da Improbidade Administrativa. Os resultados dos trabalhos foram encaminhados ao relator das propostas no Senado Federal.

Sobre a atividade com vistas à continuidade das reformas constitucional e infraconstitucional, os esforços da SRJ resultaram na aprovação das seguintes leis:

Lei 11.900/09 – Videoconferência. Altera o Decreto-Lei n.º 3689/41 - Código de Processo Penal incluindo a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência;

Lei 11.925/2009 – permite a autenticação de cópias para advogados no processo trabalhista e também sobre hipóteses de cabimento do recurso ordinário para instância superior para decisões terminativas.

Lei 11.969/09 - Altera o art. 40 do Código de Processo Civil, para permitir aos advogados retirar os autos dos cartórios judiciais, por até uma hora, para melhor consulta

ou mesmo a reprodução das folhas por meio de cópias;

Lei 12.011/2009- Dispondo sobre a estruturação das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais e sobre a criação de 230 Varas Federais;

Lei 12.012/2009 – Criminaliza o ingresso de aparelhos telefônicos (celulares) em penitenciárias;

Lei 12.016/2009. Dispõe sobre a nova lei do mandado de segurança individual e coletivo;

Lei 12.019/2009 - Institui normas procedimentais para os processos de competência originária perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal;

Lei 11.965/2009 - Altera os arts. 982 e 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - CPC, para permitir a participação do defensor público na lavratura da escritura pública de inventário e de partilha, de separação consensual e de divórcio consensual.

Lei Complementar 132/2009 - atualiza a Lei Complementar 80/1994 da Defensoria Pública União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para a sua organização nos Estados.

Lei 12.063/2009 - regulamenta o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão;

Lei 12.100/2009 – dá nova redação ao artigo 40,057 e 110 da lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, com vistas a permitir, em caso de erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção, a retificação extrajudicial de registro de assentamento civil.

EC 61/2009 – estabelece que a Presidência do Conselho Nacional de Justiça será exercida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal;

Lei 12.126/2009 - confere às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microempreendedor legitimidade ativa perante os Juizados Especiais Cíveis;

Lei 12.137/2009 - determina que nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais o réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, seja representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício;

Lei 12.153/2009 - dispõe sobre a criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Ressalta-se que no dia 17 de dezembro de 2009 aconteceu a cerimônia de

premiação dos vencedores da **Sexta edição do Prêmio Innovare – a Justiça do século XXI**, cujo tema foi “Justiça Rápida e Eficaz” e teve como objetivo identificar práticas que garantam a ordem social, onde os direitos e liberdades das pessoas possam ser plenamente realizados a partir de uma justiça que solucione os conflitos de forma ágil e com qualidade.

As práticas premiadas na Sexta edição do Prêmio Innovare foram: Justiça na era virtual – STJ; Celeridade processual e integração das funções essenciais à justiça – TJ/AC; Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator – MP/GO; Obtenção de medicamentos extrajudicialmente – DP/SP; Resolução de Conflitos do Século XXI: novas opções através de métodos Colaborativos - Uma mudança cultural para os operadores do Direito – OAB/RJ e Mutirão Carcerário – CNJ.

Dentre as práticas homenageadas: Alternativas cartorárias para uma execução penal rápida e eficaz – TJ/GO; Banco de Ações Cíveis Públicas – TJ/RJ; Processo Eletrônico na Vara de Execuções Criminais – TJ/SE; O Ministério Público, o Estado, a sociedade civil e a construção da maior escola pública – MP/SE; O cidadão e a lei – MP/SP; Reconstruindo a Liberdade – MP/CE; Central de Assistência ao Preso em Delegacias – DP/BA; Câmara de Conciliação – DP/RR; Audiobook - A Justiça fala para quem quer ouvir – Advocacia; Parecer coletivo, com efeito, normativo – Procuradoria/SE.

### ***Principais Problemas:***

---

Não ocorreram problemas relevantes no período

### ***Contratações e Parcerias***

---

Não ocorreu no período

### ***Transferências***

---

A transferência realizada no âmbito desta Ação foi para o Projeto-PNUD BRA/05/036 – Fortalecimento da Justiça Brasileira, assinado em 29/12/05, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores com vistas a subsidiar o processo de reforma do sistema de justiça brasileiro por meio de realização de estudos e pesquisas. O valor repassado em 2009 foi de R\$ 675.000,00.



### ***Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e ações***

A condução desta Ação, executada por meio do Programa 1083- Reforma do Judiciário, è de responsabilidade da Diretoria de Política Judiciária da Secretaria de Reforma do Judiciário.

### ***Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras***

Todas a metas físicas e financeiras previstas para esta ação foram atingidas

### ***Dados Gerais da Ação 4283 - Sistema Gerenciamento de Cadastro de Cartórios do Brasil***

<b><i>Tipo</i></b>	<b><i>Atividade - Ação orçamentária</i></b>
<b><i>Finalidade</i></b>	Disponibilizar para a sociedade sistema de acesso informatizado ao Judiciário, visando agilizar o acompanhamento e a consulta a legislações, processos e ações judiciais. Modernização do Sistema de Cartórios Extrajudiciais por meio de compartilhamento com outros sistemas dos órgãos do judiciário, Atualização do Cadastro Nacional de cartórios em parceria com órgãos administrativos do poder judiciário.
<b><i>Descrição</i></b>	Aquisição de equipamentos de informática e modernização da infraestrutura do Setor que gerencia o Cadastro de Cartórios do Brasil, e insumos necessários ao perfeito funcionamento do sistema de gerenciamento das informações das serventias judiciais e extrajudiciais, especialmente no que diz respeito à manutenção do banco de dados, sua disponibilização na Internet, bem como inclusão de novas funcionalidades, tais como a criação de um código nacional do cartório - CNC, e inclusão dos Cartórios do Judiciário Federal no referido sistema.
<b><i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i></b>	Secretaria de Reforma do Judiciário
<b><i>Coordenador Nacional da Ação.</i></b>	Francisco da Costa Almeida
<b><i>Unidade Executora</i></b>	Secretaria de Reforma do Judiciário
<b><i>Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação</i></b>	Secretaria de Reforma do Judiciário
<b><i>Competências institucionais requeridas para a execução da Ação.</i></b>	Orientar e coordenar ações com vistas à adoção de medidas de melhoria dos serviços judiciários prestados aos cidadãos

### ***Principais Resultados***

Os principais resultados alcançados por meio dessa Ação foram:

**Agenda Social – Erradicação do Sub-Registro.** Criação de grupo de trabalho sobre serviços notariais e de registro. A Secretaria de Reforma do Judiciário é membro do Grupo de Trabalho Interministerial – GT criado por meio de Decreto Presidencial do dia 22/10/08 e coordenado pelo Ministério da Justiça. O objetivo do Grupo é revisar a legislação atual e elaborar propostas para o aperfeiçoamento e a modernização dos serviços notariais e de registro brasileiros.

Objetivando dar maior celeridade aos trabalhos do GT, especialmente para aprimorar as discussões sobre as matérias referentes ao tema das serventias de forma mais aprofundada, o Grupo foi subdividido em seis áreas indicando um coordenador que ficaria com a responsabilidade de relatar e sistematizar os trabalhos.

Dos trabalhos do grupo resultou a publicação do Decreto Presidencial nº 6.828, do dia 27 de abril de 2009, que instituiu a padronização do registro civil no Brasil e, conseqüentemente, levará a diminuição de erros, falsificações e fraudes. As certidões de casamento, por exemplo, terão detalhes na cor verde; as de óbito em azul e as de nascimento em azul, verde e amarelo. Nas certidões deverão constar matrículas padronizadas e unificadas nacionalmente, que identifique o cartório expedidor, o ano, o livro e a folha na qual foi efetuado o registro. Outra novidade é a obrigatoriedade do cartório registrar no documento o número da Declaração de Nascido Vivo-DNV.

Ressalta-se que, foi realizada, nos dias 4 e 5 de maio de 2009 em Brasília/DF, sob a coordenação da SRJ uma oficina com servidores do Poder Judiciário e Executivo e membros de entidade associativas cujo objetivo foi discutir a implantação de um Sistema Nacional de Informações de Registro Civil -SIRC no âmbito dos cartórios brasileiros, bem como a elaboração de propostas de alteração da lei nº 6015/73.

Ademais também foi organizada e coordenada pela SRJ uma comitiva composta por integrantes do GT que visitou, nos dias 15 a 19 de junho, as cidades de Madri/Espanha e Lisboa /Portugal.

O objetivo da visita foi conhecer as experiências e realidade cartorial e notarial do sistema instituído em Portugal e na Espanha, que foram escolhidos devido ao fato de adotarem um serviço unificado e informatizado que interliga os dados dos cartórios e registros em todo o país semelhante ao que se pretende implementar no Brasil.

O intercâmbio promoveu importantes experiências entre os países, inovações que poderiam ser aprimoradas e implementadas no sistema brasileiro.

Outros pontos que merecem destaque são:

- Pesquisa para atualização do Cadastro de Cartórios do Brasil em nove Unidades da Federação, totalizando 13.529 serventias judiciais e extrajudiciais.
- A página do Cadastro de Cartórios, de janeiro a dezembro, teve 1.406.000 (um milhão, quatrocentos e seis mil) acessos;
- Com o objetivo de conservar e disponibilizar ao público na página do Cadastro de Cartórios, foram microfilmados e digitalizados cinco livros remanescentes das únicas edições: de 1961, 1964, 1972, 1981 e 1995, além das obras Guia Prática e Formulário do Tabelião de Notas no Brasil.

### ***Principais Problemas***

---

Não ocorreu no período

### ***Contratações e parcerias***

---

Com vistas à efetivação desta Ação a SRJ contratou, por meio do Projeto-PNUD BRA/05/036, a Empresa L.A Viagens e Turismo Ltda para oferecer as instalações físicas, alimentação, equipamentos e correlatos para a realização, nos dias 04 e 05 de maio de 2009, da oficina (com servidores do Poder Judiciário, Executivo e membros de entidades associativas) para discussão sobre a implantação de um Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC no âmbito dos cartórios brasileiros. Valor total do contrato R\$ 10.680,00.

Nenhuma parceria foi firmada no período abrangido pelo presente Relatório.

### ***Transferências***

---

Não ocorreu no período.

### ***Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e ações***

---

A condução desta Ação, executada no âmbito do Programa 1083 – Reforma do Judiciário, é de responsabilidade da Coordenação-Geral de Provimento e Vacância da Secretaria de Reforma do Judiciário.

### ***Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras***

---

As metas físicas e financeiras previstas para esta Ação foram atingidas com êxito.

***Dados Gerais do Programa 1453 -Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI***

<b>Tipo de Programa</b>	Finalístico - Apoio às políticas públicas e áreas específicas em segurança pública.
<b>Objetivo Geral</b>	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
<b>Objetivos Específicos</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. melhorar o sistema de segurança pública e prisional, bem como a valorização dos seus profissionais;</li> <li>2. ressocializar as pessoas com penas restritivas de liberdade e egressos por meio da implementação de projetos educativos e profissionalizantes;</li> <li>3. garantir acesso aos adolescentes e jovens em situação e vulnerabilidade às políticas sociais governamentais em territórios de descoesão social;</li> <li>4. garantir o acesso à justiça para a população dos territórios de descoesão social;</li> <li>5. intensificar e ampliar as medidas de enfrentamento ao crime organizado e à corrupção policial;</li> <li>6. garantir, por meio de medidas de urbanização, a recuperação de equipamentos públicos, criando "espaços públicos seguros".</li> </ol>
<b>Gerente do Programa</b>	Ronaldo Teixeira Da Silva
<b>Responsável pelo programa no âmbito da UJ</b>	Rogério Favreto (no que diz respeito à Ação nº 8858 (Projeto nº 54/PI 3007T); Ação nº 8857 (Projetos nº. 55/PI3006I e nº 87/PI3006Q) e Ação nº 8853 Projeto nº 78/PI3002P e nº. 98, PI nº 3007X).
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa</b>	Redução da taxa de homicídios nos territórios de descoesão social.
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

***Principais Ações do Programa***

***Dados Gerais da Ação nº 8853: Apoio à Implementação de Políticas Sociais.***

<b>Tipo da Ação</b>	Atividade - Ação orçamentária.
<b>Finalidade</b>	Garantir o acesso dos moradores de territórios de descoesão social, especialmente os adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei, às políticas sociais do

	Governo.
<i>Descrição</i>	Estabelecimento da articulação entre os entes da Federação e entidades da sociedade civil de forma a apoiar a implementação de projetos de formação cidadã do PRONASCI e garantir recursos para a execução das diversas iniciativas, dentre elas implantação de centros de referência especial em assistência social e de centros de referência e assistência social (Ministério do Desenvolvimento Social); implantação de centros de atendimento psicossocial (Ministério da Saúde); construção e recuperação de equipamentos e espaços urbanos (Ministério das Cidades); recuperação e construção de equipamentos públicos desportivos; construção e equipagem de unidades do sistema nacional de atendimento sócio-educativa; implementação de cursos de formação de crianças e adolescente para prevenção à violência (PROERD); alfabetização de apenados mediante a concessão de bolsa para alfabetizadores e aquisição de material didático (Brasil Alfabetizado); implementação de cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM e ao oferecimento do Projeto de Educação para Jovens e Adultos - PROEJA nos estabelecimentos penais; concessão de bolsa para professores e formação dos professores; atividades de assistência integral cidadã; diagnóstico e implementação de projetos de economia solidária para o apenado e sua família, bem como para famílias caracterizadas em situação de desconstrução familiar; iniciativas "pintando a cidadania" e "pintando a liberdade"; apoio à qualificação profissional do apenado. Parcerias com o PROJOVEM e o Escola de Fábrica. Projetos de promoção da Cultura, tais como: "Cultura Viva", "Pontos de Cultura" e "Pontos de Leitura"; construção de parques infantis e a museus de memória; implantação de telecentros para inclusão digital. Implementação de iniciativas de promoção do esporte e do lazer (Ministério do Esporte), Programa Segundo Tempo, Modernização de Bibliotecas Públicas, Programa Saúde na Família Programa de Atendimento ao Cidadão - Viva Voz.
<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Gabinete do Ministro/Ministério da Justiça
<i>Coordenador Nacional da Ação</i>	Jorge Luiz Quadros
<i>Unidades Executoras</i>	Unidades do Ministério da Justiça e outros Órgãos do Poder Executivo Federal

*Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício*

### ***Principais Resultados***

No âmbito desta ação a SRJ executa o **projeto nº 78, plano interno nº 3002P, denominado: Assistência Jurídica ao Preso e Familiares pela Defensoria Pública**, cujo enfoque principal é a democratização do acesso à justiça, conferindo aos presos e presas tratamento como sujeitos de direitos e propiciando condições para sua recuperação e

reinserção social.

Os principais resultados alcançados, em 2009, foram por meio do acompanhamento, por meio de visitas locais, da execução dos referidos Convênios e também na análise de novas propostas de parcerias, como é o caso da Defensoria Pública de Minas Gerais, Paraíba e de Mato Grosso.

Além disso, foi criada no dia 12 de agosto, da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cujo objetivo é disponibilizar Defensores Públicos de todo o País, em caráter voluntário, excepcional e solidário para atuar nos Estados em que forem requisitados. A primeira atividade da Força ocorreu na cidade de Ribeirão das Neves/MG nos dias 19 a 30 de outubro de 2009.

O complexo penitenciário de Ribeirão das Neves formado por 05 (cinco) Unidades Penitenciárias, apresenta, segundo levantamento de 1º de setembro de 2009, 5.148 pessoas encarceradas, entre presos e presas definitivos e provisórios, no entanto, a população carcerária ideal da Comarca, considerando as vagas disponíveis, seria de 3.381 pessoas.

O encontro contou com a atuação de 42 Defensores Públicos, voluntariamente, procedentes de diferentes Estados da Federação, do Distrito Federal e da União.

Durante a atividade foram analisados 3.235 processos, com 3.816 atendimentos aos internos e realizados 9.781 prestações jurídicas.

Dentre as prestações jurídicas foram constatados 139 casos de Prescrições, 130 casos de Extinção de Pena, e constatou-se ainda que 44% dos processos analisados têm algum benefício vencido. Além desses casos, pendentes de decisão favorável, há 242 pedidos de livramento condicional, 82 de Indulto, 230 de prisão domiciliar dentre outros, o que possivelmente acarretará na soltura de 554 apenados.

O segundo encontro da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal ocorreu no período de 07 a 18 de dezembro de 2009 na sede da Defensoria Pública de Recife/ Pernambuco.

O foco desse encontro foi à análise de processos para garantir os direitos de detentos que não recebem assistência jurídica e, muitas vezes, já poderiam obter algum benefício. Além do atendimento dentro das unidades prisionais, a Força pretende desafogar o sistema penitenciário dando celeridade aos processos de indulto e comutação de pena.

Os Defensores que estiveram presentes no encontro visitaram as unidades prisionais de Recife para esclarecer aos detentos sobre a atuação da Força e a fiscalização das condições de cumprimento da pena, como qualidade da alimentação, higiene, saúde e

número de detentos por cela.

No total foram analisados 1.087 processos que resultaram no ingresso de 1.619 petições, sendo: 16 retificações de levantamento de pena; 12 ciências; 315 pedidos de progressão para regime semi-aberto; 78 pedidos de progressão para regime aberto; 75 pedidos de prisão domiciliar; 149 pedidos de Livramento Condicional; 75 pedidos de Unificação de Penas; 9 pedidos de Remição de Penas; 62 Comutação; 1 Carta ao preso; 1 Pedido de prescrição; 20 Cotas nos autos; 37 Diligências extrajudiciais / pedidos de declaração do preso; 15 Hábeas Corpus; 8 Recurso – Minuta de Agravo; 62 Declaração de extinção de pena e 660 Outras petições.

Ressalta-se que os investimentos do Ministério da Justiça/ PRONASCI, por meio da SRJ, beneficiarão, até o início do ano de 2011, de forma direta, uma estimativa de 317.035 pessoas, dentre homens e mulheres em situação de prisão e seus familiares.

Até o momento foram realizados 67.392 atendimentos aos presos, presas e familiares pela Defensoria Pública dos Estados do e Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande Sul.

Ressalta-se que a SRJ confeccionou um folder informativo sobre este projeto e distribuiu junto aos seus parceiros.

### ***Principais problemas***

---

A Secretaria de Reforma do Judiciário não passou por auditorias no ano passado.

No entanto, vale ressaltar as dificuldades enfrentadas, de modo geral, pela equipe que trabalha na execução dos projetos executados por meio das ações do PRONASCI.

O primeiro dele é a escassez de recursos humanos – embora o Ministério da Justiça tenha realizado um concurso com vistas a selecionar servidores para trabalharem no PRONASCI, há uma grande rotatividade desses servidores e a uma demora no preenchimento das vagas. Conseqüentemente os trabalhos são prejudicados, como a análise de propostas de convênios, processos seletivos, etc.

A substituição dos terceirizados que trabalham na área-fim também se mostra um problema que tem afetado a continuidade das ações, uma vez que esses funcionários detêm informações significantes sobre os trabalhos da SRJ e o tempo destinado a repassá-las aos servidores que os tem substituído é relativamente curto.

Ressalta-se que a Secretaria Executiva do PRONASCI tem demorado a liberar os recursos dos instrumentos de repasses firmados e isso acarreta o retardo na execução do

cronograma das parcerias.

Sobre as atividades de acompanhamento de execução dos instrumentos de repasses firmados que a SRJ firmou com parceiros os principais problemas ocorridos foram em relação ao cumprimento do cronograma e plano de trabalhos, tais como atraso nas contratações de profissionais, que deveriam ser realizadas no início do convênio, algumas somente após 08 meses da celebração do convênio; Projetos aprovados em 2008, mas até o junho/ 2009 estavam sem nenhuma execução.

### *Contratações e parcerias*

---

**Projeto nº 78, plano interno nº 3002P: Assistência Jurídica ao Preso e Familiares pela Defensoria Pública,** a SRJ firmou um Acordo de Cooperação com o Departamento Penitenciário Nacional, o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais e Defensoria Pública da União com vistas a unir esforços para prestar assistência jurídica e tutela dos direitos dos presos e presas provisórios, definitivos e internados que não possuam condições financeiras de constituir um advogado em todas as Unidades do Sistema Penitenciário Brasileiro, otimizando o trabalho já desenvolvido pela Defensoria Pública do respectivo Estado ou suprimindo a falta desta.

### *Transferências*

---

As transferências realizadas com vistas à efetivação deste Projeto, executado por meio da Ação/PRONASCI nº Ação nº 8853: Apoio à Implementação de Políticas Sociais, conforme detalhado em campo próprio deste Relatório, foram:

**Termo de convênio nº 60/2008** celebrado com a Defensoria Pública do Estado do Acre para o fortalecimento e ampliação dos seus serviços de assistência jurídica integral aos presos e familiares realizados por meio dos núcleos da Defensoria Pública do Rio Branco, Sena, Madureira, Cruzeiro do Sul e Tarauacá. Valor total é de R\$ 408.500,00.

**Termo de convênio nº 25/2008** celebrado com a Secretaria De Estado De Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal com vista o fortalecimento e a ampliação do serviço de assistência jurídica aos presos e aos seus familiares prestado pelo Núcleo de Execução Penal do Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal. Valor total de R\$ 559.366,85.

**Termo de convênio nº 64/2008/** celebrado com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão com vistas ao fortalecimento e ampliação dos seus serviços de assistência



jurídica integral aos presos e familiares realizados por meio do núcleo da Defensoria Pública de São Luiz/MA. Valor total de R\$ 503.108,27;

**Termo de convênio nº 58/2008** celebrado com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte com vistas ao fortalecimento e ampliação dos seus serviços de assistência jurídica integral aos presos e familiares realizados por meio do núcleo da Defensoria Pública de Natal, Mossoró e Caicó. Valor total: R\$ 494.250,98.

**Termo de convênio nº 65/2008** celebrado com a Defensoria Pública do Estado de Rondônia com vistas ao fortalecimento e ampliação dos seus serviços de assistência jurídica integral aos presos e familiares realizados por meio do núcleo da Defensoria Pública de Porto Velho. Valor total: R\$ 606.060,60;

**Termo de convênio nº 22/2008** celebrado com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul com vistas ao fortalecimento e ampliação dos seus serviços de assistência jurídica integral aos presos e familiares realizados por meio do núcleo da Defensoria Pública de Porto Alegre. Valor total de R\$ 1.020.408,16;

**Termo de convênio nº 63/2008** celebrado com a Defensoria Pública do Estado do Sergipe com vistas ao fortalecimento e ampliação dos seus serviços de assistência jurídica integral aos presos e familiares realizados por meio do núcleo da Defensoria Pública de Aracaju, São Cristóvão, Tobias Barreto, Laranjeiras e Glória. Valor total de R\$ 333.223,97.

**Termo de convênio nº 27/2008** celebrado com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo com vistas ao fortalecimento e ampliação dos seus serviços de assistência jurídica integral aos presos e familiares realizados por meio do núcleo da Defensoria Pública de São Paulo e região metropolitana. Valor total de R\$ 3.061.224,49.

**Termo de convênio nº 56/2008** celebrado com a Defensoria Pública do Estado de Tocantins com vistas ao fortalecimento e ampliação dos seus serviços de assistência jurídica integral aos presos e familiares realizados por meio do núcleo da Defensoria Pública de Palmas, Araguaína, Gurupi e Dianópolis. Valor total de R\$ 319.638,18.

#### ***Indicações das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e ações***

A responsabilidade pela condução deste Projeto, executado por meio da Ação/PRONASCI nº Ação nº 8853: Apoio à Implementação de Políticas Sociais, é da Coordenação-Geral de Modernização e Administração da Justiça da Secretaria de Reforma do Judiciário.

### ***Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras***

Conforme demonstrado em campo próprio o cumprimento das metas físicas e financeiras estabelecidas para o Projeto nº 78, plano interno nº 3002P: Assistência Jurídica ao Preso e Familiares pela Defensoria Pública ficou prejudicado em virtude da não liberação dos recursos por parte da Secretaria Executiva do PRONASCI.

### ***Dados Gerais da Ação nº.8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã.***

<b><i>Tipo da Ação</i></b>	Atividade - Ação orçamentária
<b><i>Finalidade</i></b>	Garantir o acesso dos moradores de territórios de descoesão social, especialmente os adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei, às políticas que visam garantir o exercício da justiça e da cidadania.
<b><i>Descrição</i></b>	Implementação de centros de reabilitação do agressor (Lei Maria da Penha), construção de Postos de polícia comunitária, formação de núcleos de justiça comunitária, implantação de juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, de delegacias especializadas e núcleos especializados das Defensorias. Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública. Capacitação e treinamento em prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro; capacitação de Conselheiros Municipais; desenvolvimento da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao desenvolvimento de núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Promoção da utilização de sistema eletrônico de alienação de bens no âmbito da administração pública e da justiça federal e estadual. Capacitação de profissionais de justiça em temas específicos, tais como direitos humanos, violência doméstica e urbana, e atendimento a grupos vulneráveis. Corte do fluxo financeiro no exterior de organizações criminosas. Proteção dos direitos dos consumidores mediante incentivo à iniciativas tais como: "Monitoramento Cidadão", "Canal Comunidade" e "Geração Consciente". Implementação de ações para garantia dos direitos dos cidadãos. Implementação das iniciativas "mulheres da paz", "reservista cidadão" e "jovem cidadão" (PROTEJO). Emprego da Força Nacional nos territórios de descoesão social. Elaboração de diagnósticos para implementação de planos municipais de segurança pública. Formação de Redes Juvenis - Diálogo Juvenil, Segurança e Convivência; Desenvolvimento de Mecanismos de Informação Juvenil nas entidades de apoio, nos pontos de cultura e nas redes juvenis; Elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a condição juvenil e violência nos territórios no PRONASCI.

<i>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</i>	Gabinete do Ministro/Ministério da Justiça
<i>Coordenador Nacional da Ação</i>	Jorge Luiz Quadros
<i>Unidades Executoras</i>	Unidades do Ministério da Justiça

No âmbito desta ação a SRJ executa o Projeto nº 55/PI 3006I: Formação de Núcleos de Justiça Comunitária e o Projeto nº 87/PI 3006Q: Efetivação da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006.

### *Principais Resultados do Projeto 55/PI3006I*

Os principais resultados obtidos no âmbito do Projeto nº 55/PI 3006I - Formação de Núcleos de Justiça Comunitária, em 2009, ocorreram por meio da realização de cursos de capacitação em técnicas de mediação comunitária para a equipe multidisciplinar dos núcleos apoiados ou implantados com recursos do PRONASCI e também por meio da firmamento de parcerias com vistas à implantação e/ou reestruturação de núcleos de Justiça Comunitária. Para a realização dos cursos, a SRJ realizou um processo seletivo no âmbito do PRODOC do Projeto-PNUD BRA/05/036 por meio do qual foram contratados três consultores, pessoas físicas, especialistas em técnicas de mediação de conflitos que, juntos, realizaram sete cursos no decorrer de 2009, que resultaram no total de 150 pessoas capacitadas.

Os núcleos de justiça comunitária nos quais os cursos foram realizados são: Instituto Casa São Francisco de Assis, no Bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre/RS; Sítio Cercado, Curitiba/PR; Taguatinga e Ceilandia/ DF; Tancredo Neves e João XXIII em Fortaleza/CE; Casa Amarela, Recife/PE; bairro do Pirambu e Grande Messejana/ Fortaleza/CE e Eptaciolândia, Rio Branco/AC.

Ressalta-se que com o objetivo de divulgar a justiça comunitária a SRJ confeccionou, camisetas, cartilhas e folders sobre o projeto de justiça comunitária.

### *Principais Problemas*

Os problemas enfrentados na execução dos Projetos executados no âmbito das ações do PRONASCI, de responsabilidade da Secretaria de Reforma do Judiciário, são da mesma natureza e já estão elencados no campo destinado ao projeto nº 78, plano interno nº 3002P, denominado: Assistência Jurídica ao Preso e Familiares pela Defensoria Pública,

executado por meio da Ação nº 8853: Apoio à Implementação de Políticas Sociais.

Com exceção da falta de recursos, que para este Projeto foram liberados, os demais problemas elencados no campo do Projeto 78/PI3002P, supracitado, também ocorreram na condução deste Projeto.

### ***Contratações e Parcerias***

---

Não ocorreu no período

### ***Transferências***

---

As transferências realizadas por meio do Projeto nº 55/PI 3006I: Formação de Núcleos de Justiça Comunitária estão divididas da seguinte forma:

*a) Transferências com repasses efetuados em 2009:*

**Termo de Convênio** nº 644327/08, assinado em 30/12/08, firmado com o Ministério Público do Estado do Ceará para criação de dois núcleos de Justiça Comunitária no município de Fortaleza/CE. Valor total: R\$ 606.790,00. O repasse, que é R\$ 600.000,00, foi em 10/02/09.

**Termo de Convênio** nº 644646/08, assinado em 21/12/08, celebrado com a Prefeitura Municipal de Vitória/ES para criação um núcleo de Justiça Comunitária no município de Vitória/ES. Valor total: R\$ 321.299,90. O repasse, que é de R\$ 314.999,90, foi pago em 10/02/2009.

**Termo de Parceria** nº 627030/08, assinado 30/12/08, celebrado com o Instituto Desembargador Alceu Conceição Machado para criação de um núcleo de Justiça Comunitária em Curitiba/PR. Valor total: R\$ 122.447,40. O repasse, que é de R\$ 119.998,40, foi pago em 10/02/2009.

**Termo de Convênio** nº 627029, assinado em 27/06/08, celebrado com o Instituto Cultural São Francisco de Assis para criação de um núcleo de Justiça Comunitária em Porto Alegre/RS. Valor total: R\$ 422.414,30. A 2ª parcela, no valor de R\$ 209.506,60, foi paga em 16/07/2009.

**Termo de Convênio** nº 704233/2009, assinado em 18/08/09, celebrado com Governo do Estado da Bahia para criação de cinco núcleos de Justiça Comunitária nos municípios de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas. Valor total: R\$ 1.747.027,00. Desse montante R\$ 1.000.000,00 foi repassado em 16/11/2009.

**Termo de Convênio** nº 708741/2009, assinado 09/12/09, celebrado com Governo do Estado do Rio de Janeiro para criação de quatro núcleos de Justiça Comunitária, sendo um núcleo no Complexo do Alemão e Manguinhos, um na cidade do Rio de Janeiro, um município de Nova Iguaçu e um me São Gonçalo. Valor total R\$ 1.400.000,00. Desse montante R\$ 1.000.000,00 foi repassado em 18/12/2009.

**Termo de Convênio** nº 704871/2009, assinado em 19/11/09, celebrado com Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município de Rio de Janeiro. Valor total: R\$ 350.000,00. O repasse que é de R\$ 343.000,00 foi pago em 11/12/2009.

**Termo de Convênio** nº 705010/2009, assinado 09/10/09, celebrado com Prefeitura Municipal de Canoas, RS para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município Canoas. Valor total: R\$ 467.977,00. O repasse que é de R\$ 458.617,00 foi pago em 16/11/2009.

**Termo de Cooperação** nº 13/2009, assinado em 25/11/09, celebrado com Tribunal de Justiça do Distrito Federal de Territórios para fortalecer o Programa Justiça Comunitária nos Núcleos Comunitários de Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. Valor total: R\$ 167.230,00. Transferido totalmente em 30/11/2009.

*b) transferências empenhadas em 2009 e que serão repassadas em 2010:*

**Termo de Convênio** nº 708747/2009, assinado em 31/12/09, celebrado com Prefeitura Municipal de Vila Velha/ ES para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município Vila Velha. O Valor total do convênio é de R\$ 360.970,70. O repasse, que é de R\$ 353.751,28, foram empenhado em 16/11/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 708748/2009, assinado em 31/12/09, celebrado com Tribunal de Justiça de Pernambuco para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município de Recife. Valor total: R\$ 298.582,86. O repasse, que é R\$ 295.123,86, foi empenhado em 16/11/2009 e serão pagos em 2010.

**Termo de Convênio** nº 708746/2009, assinado 23/12/09, celebrado com Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ para criação um núcleo de Justiça Comunitária no município de Petrópolis. Valor total: R\$ 334.689,90. O Repasse, que é de R\$ 325.669,09, foi empenhado em 16/11/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 708742/2009, assinado em 21/12/09, celebrado com Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Alagoas para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município de Maceió/Al. Valor total: R\$ 283.934,81. O repasse que é de

R\$ 281.095,46, foi empenhado em 16/11/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 708749/2009, assinado em 15/12/09, celebrado com Ministério Público do Estado do Ceará para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município de Fortaleza/Ce. Valor total: R\$ 372.624,00. O repasse que é de R\$ 368.400,00 foi empenhado em 16/11/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 722087/2009, assinado em 28/12/09, celebrado com a Defensoria Pública do Estado do Piauí para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município de Teresina/Pi. Valor total: R\$ 342.252,16. O repasse, que é de R\$ 338.587,16, foi empenhado em 16/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 708744/2009, assinado em 15/12/09, celebrado com Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município Teresópolis. Valor total: R\$ 336.779,62. O repasse, que é de R\$ 330.044,03, foi empenhado em 16/11/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 720356/2009, assinado em 30/12/09, celebrado com Centro Cultura James Kulisz para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município Curitiba/PR. Valor total: R\$ 353.829,31. A primeira parcela, no de R\$ 92.550,82, foi empenhado em 28/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 717266/2009, assinado em 31/12/09, celebrado com Prefeitura Municipal de Bagé/RS para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município Bagé. Valor total: R\$ 369.780,00. O repasse, que é de R\$ 362.384,40, foi empenhado em 20/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 720209/2009, assinado em 29/12/2009, celebrado com a Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Rio Grande do Sul para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município Porto Alegre/RS. Valor total: R\$ 523.013,05. O repasse, que é de R\$ 523.013,05, foi empenhado em 28/12/09 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 717270/2009, assinado em 31/12/09, celebrado com Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município Novo Hamburgo. Valor total: R\$ 348.788,00. O repasse, que é de R\$ 341.812,24, foi empenhado em 18/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 708743/2009, assinado em 15/12/09, celebrado com Prefeitura Municipal de Passo Fundo, RS para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município Passo Fundo/RS. Valor total: R\$ 318.867,00. O repasse, que é de R\$ 312.467,00, foi empenhado em 16/11/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 708847/2009, assinado em 31/12/09, celebrado com

Prefeitura Municipal de São Leopoldo/RS para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município de São Leopoldo. Valor total: R\$ 374.280,00. O Repasse, que é de R\$ 366.680,00, foi empenhado em 16/11/2009 e será pago em 2010.

**Termo de Convênio** nº 722088/2009, assinado em 28/12/09/, celebrado com Defensoria Pública do Estado de São Paulo para criação de um núcleo de Justiça Comunitária no município São Paulo. Valor total: R\$ 378.960,00. O repasse, que é de R\$ 370.410,00, foi empenhado em 16/12/2009 e será pago em 2010.

#### ***Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e ações***

---

A responsabilidade pela condução deste Projeto, executado por meio da Ação/PRONASCI nº Ação nº 8853: Apoio à Implementação de Políticas Sociais, é da Coordenação-Geral de Modernização e Administração da Justiça da Secretaria de Reforma do Judiciário.

#### ***Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras***

---

As metas físicas e financeiras previstas para este Projeto foram superadas. Inicialmente previa-se o apoio à instalação/estruturação de 20 núcleos de Justiça Comunitária, no entanto, como a demanda foi relativamente foram implantados 25 núcleos.

Isso refletiu diretamente nas metas financeiras que eram de R\$ 2.500.000,00, e foram executados os valores de R\$ 8.296.340,06.

#### ***Principais Resultados do Projeto 87/PI3006Q***

---

Os principais resultados obtidos por meio do projeto nº 87/PI 3006Q: Efetivação da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006, destacam-se o acompanhamento e monitoramento dos convênios firmados, por meio dos relatórios das atividades prestadas enviados pelos convenientes, a análise das propostas de novos convênios a serem firmados, bem como encontros e seminários nos quais foram debatidos a efetividade desta lei. Quais sejam:

**III Jornada Lei Maria da Penha.** A SRJ realizou no dia 30 de março de 2009 a 3º Jornada Lei Maria da Penha em Brasília – DF. A Jornada é resultado de uma parceria entre o CNJ, a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, a Secretaria

Especial de Políticas para Mulheres e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM e tem como objetivo debater a efetividade da aplicação da lei nº 11.340/07 com vistas a melhorar as ações de prevenção e combate à violência familiar e doméstica contra a mulher.

Na ocasião foi criado o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - FONAVID.

**I Fórum Nacional de Juízes de Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher.** A SRJ realizou em parceria com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, a Associação dos Magistrados Brasileiros, o Conselho Nacional de Justiça e os Magistrados membros do Fórum Nacional de Juízes de Violência Familiar e Doméstica Contra a Mulher.

O Encontro aconteceu nos dias 23 a 25 de novembro no Rio de Janeiro e teve como tema à “Efetividade da lei Maria da Penha”. Teve por principais objetivos compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos a Lei 11.340/06, além de discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sob o prisma da efetividade jurídica e, também, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema.

Participaram do evento 100 juízes de todos os estados da Federação que trabalham diretamente com na aplicação da lei Maria da Penha.

**I Encontro do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal sobre o papel do Ministério Público na Implementação da Lei Maria da Penha.** A Secretaria de Reforma do Judiciário em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal, com Colégio nacional de Procuradores Gerais e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres realizou, nos dias 07 a 09 de dezembro de 2009, em Brasília, um seminário para discutir o papel do Ministério Público na efetivação da lei Maria da Penha.

O evento teve como público alvo Promotores de Justiça e servidores do Ministério Público que atuam com a violência doméstica e familiar contra a mulher. O evento promoveu uma discussão do fenômeno da violência de gênero e seu enfrentamento, bem como a troca de experiências na implementação da Lei Maria da Penha.

Na ocasião foi proposta a criação de um Fórum ou Grupo Nacional de Promotores de Justiça. Participaram do evento 80 pessoas, dentre promotores de justiça e servidores do Ministério Público diretamente envolvidos no tema.

As parcerias firmadas no âmbito deste Projeto serão demonstrados em campo



próprio.

Dentre os meios de divulgação deste projeto encontram-se elaboração de material gráfico, cartazes, banners e folders, os quais foram enviados aos núcleos já implantados.

### ***Principais Problemas***

---

Os problemas enfrentados na execução dos Projetos executados no âmbito das ações do PRONASCI, de responsabilidade da Secretaria de Reforma do Judiciário, são da mesma natureza e já estão elencados no campo destinado ao projeto nº 78, plano interno nº 3002P, denominado: Assistência Jurídica ao Preso e Familiares pela Defensoria Pública, executado por meio da Ação nº 8853: Apoio à Implementação de Políticas Sociais.

### ***Contratações e Parcerias***

---

As parcerias e contratações firmadas no âmbito do projeto nº 87/PI 3006Q: Efetivação da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006, foram as seguintes:

**Acordo de cooperação** firmado em outubro de 2009 entre a SRJ, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Conselho Nacional de Justiça e Associação dos Magistrados Brasileiros com vistas à conjugação de esforços para dar efetividade à realização do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher –FONAVID.

**Acordo de cooperação** firmado, com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios -MPDFT para desenvolver ações com vistas à efetivação da Lei Maria da Penha. **Contratação**, por meio do PRODOC do Projeto-PNUD BRA/05/036, da empresa Garden Congresso e Eventos Ltda. O objeto do contrato era o fornecimento de instalações físicas para realização do 1º Encontro Nacional do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal sobre a efetivação da Lei Maria da Penha, ocorrido nos dias 7 a 09 de dezembro de 2009, em Brasília/DF. Valor total do contrato: R\$ 123.470,00.

### ***Transferências***

---

As transferências realizadas no âmbito deste Projeto foram:

a) *Transferências com repasses efetuados em 2009:*

**Termo de convênio nº 647975**, assinado em 26/12/2008, firmado com a Defensoria Pública do Acre para criação, estruturação e implementação de Núcleo Especializado na Defesa da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar com atuação na Comarca de Rio Branco/AC. Valor total: R\$ 305.100,00. O repasse, que é R\$ 301.500,00 foi pago em 9/2/2009.

**Termo de convênio nº 644644**, assinado em 29/12/2008, firmado com o Tribunal de Justiça do Acre para estruturação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rio Branco/AC. Valor total: 306.800,00. O repasse, que é R\$ 301.800,00 foi pago em 09/02/2009.

**Termo de convênio nº 650586**, assinado em 26/12/2208, firmado com o Tribunal de Justiça de Alagoas para estruturação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Maceió/AL. Valor total: R\$ 296.744,75. O repasse, que é R\$ 291.366,35 foi pago em 10/03/2009.

**Termo de convênio nº 644645**, assinado em 26/12/2008, firmado com a Defensoria Pública de Amazonas para criação do Núcleo de Atendimento Especializado da Mulher Vítima de Violência Familiar – NAEM em Manaus/AM. Valor total: R\$ 275.000,00. O repasse, que é R\$ 250.000,00 foi pago em 9/2/2009.

**Termo de convênio nº 644334**, assinado em 29/12/2008, firmado com o Ministério Público do Estado da Bahia para Criação do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher – GEDEM, no município de Salvador. Valor total: R\$ 315.617,74. O repasse, que é R\$ 299.137,04 foi pago em 10/02/2209.

**Termo de convênio nº 644257**, assinado em 26/12/2008, firmado com o Ministério Público do Estado do Ceará para estruturação da Promotoria de Justiça Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Fortaleza/CE. Valor total: R\$ 302.830,00. O repasse, que é R\$ 299.713,00 foi pago em 29/01/2009.

**Termo de convênio nº 644322**, assinado em 26/12/2008, firmado com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo para criação do Núcleo de Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Vitória. Valor total: R\$ 208.002,16. O repasse, que é R\$ 203.464,70 foi pago em 29/01/2009.

**Termo de convênio nº 644332**, assinado em 29/12/2008, firmado com o Ministério Público do Estado de Goiás para criação de três Núcleos de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Luziânia. Valor total: R\$ 450.047,52. O repasse, que é 442.804,77 foi pago

em 9/2/2209.

**Termo de convênio nº 644316**, assinado em 26/12/2008, firmado com o Tribunal de Justiça de Pernambuco para estruturação o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Recife/PE. Valor total: R\$ 726.634,23. O repasse, que é R\$ 718.767,91 foi pago em 10/02/2009.

**Termo de convênio nº 644643**, assinado em 23/12/2008, firmado com a Defensoria Pública do Piauí para estruturação do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência em Teresina/PI e região metropolitana. Valor total: 291.577,72. O repasse, que é R\$ 287.912,72 foi pago em 9/02/2009.

**Termo de convênio nº 644318**, assinado em 26/12/2008, firmado com o Tribunal de Justiça do Piauí para criação de três Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Teresina, Parnaíba e Picos. Valor total: R\$ 1.221.123,00. O repasse, que é R\$ 1.204.383,00 foi pago em 9/02/2009.

**Termo de convênio nº 644320**, assinado em 26/12/2008, firmado com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para a estruturação do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da Capital/RJ. Valor total: R\$ 268.742,59. O repasse, que é R\$ 263.367,73 foi pago em 10/02/2009.

**Termo de convênio nº 644259**, assinado em 26/12/2008, firmado com a Defensoria Pública do Rio Grande do Norte para criação, estruturação e implementação Núcleos Especializados de Defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Valor total: R\$ 296.856,70. O repasse, que é R\$ 293.171,70 foi pago em 29/01/2009.

**Termo de convênio nº 643661**, assinado em 26/12/2008, firmado com a Defensoria Pública de Rondônia para criação, estruturação e implementação Núcleo Especializado na Defesa da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar com atuação na Comarca de Porto Velho/RO. Valor total: R\$ 303.030,00. O repasse, que é R\$ 299.999,70 foi pago em 22/01/2009.

**Termo de convênio nº 644258**, assinado em 26/12/2008, firmado com o Ministério Público de Rondônia para reestruturação a Promotoria de Justiça de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica e crimes contra Criança e Adolescente - 14º Promotoria de Justiça. Valor total: R\$ 343.000,00. O repasse, que é R\$ 338.000,00 foi pago em 29/1/2009.

**Termo de convênio nº 644324**, assinado em 26/12/2008, firmado com a Defensoria Pública de Sergipe para criação, estruturação e implementação o NUDEM/SE -

Núcleo Especializado de promoção e Defesa dos Direitos da Mulher no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Sergipe. Valor total: R\$ 179.595,93. O repasse, que é R\$ 177.573,98 foi pago em 29/1/2009.

**Termo de convênio nº 644256**, assinado em 26/12/2008, firmado com a Defensoria Pública de Tocantins para implementação e estruturação dos Núcleos Especializados de Atendimento a Mulher - NEDIM no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Tocantins. Valor total: R\$ 205.259,51. O repasse, que é R\$ 202.189,51 foi pago em 29/01/2009.

*b) transferências empenhadas em 2009 e que serão repassadas em 2010:*

**Termo de convênio nº 717507/2009 (SICONV)** celebrado com o Tribunal de Justiça de Ceará para a estruturação de dois Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Fortaleza e Juazeiro do Norte. Valor total: R\$ 738.415,99. O repasse, que é de R\$ 731.004,65, foram empenhado em 2/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 717479/2009 (SICONV)** firmado com o Tribunal de Justiça do Maranhão com vistas à implantação de um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em São Luís/MA. Valor total: R\$ 111.161,18. O repasse, que é de R\$ 109.740,95, foram empenhado em 29/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 717631/2009 (SICONV)** celebrado com Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul com vistas à implementação das 47º e 48º Promotorias de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS. Valor total: R\$ 235.908,10. O repasse, que é de R\$ 228.408,10, foram empenhado em 03/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 718544/2009 (SICONV)** celebrado com Ministério Público do Estado do Paraná para a Implementação da Promotoria de Justiça Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba/PR. Valor total: R\$ 392.821,43 ; O repasse, que é de R\$ 384.965,00, foram empenhado em 16/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 716639/2009 (SICONV)** celebrado com Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco para a criação de cinco Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Cabo de Santo Agostinho (abrangendo o município de Ipojuca), Camaragibe (abrangendo os municípios de São Lourenço da Mata), Igarassu (abrangendo os municípios de Abreu e Lima, Itapissuma, Itamaracá e Araçoiaba), Jaboatão dos Guararapes (abrangendo o município de Moreno) e Olinda (abrangendo o

município de Paulista). Valor total: R\$ 2.128.600,67. O repasse, que é de R\$ 1.031.750,07, foram empenhado em 3/11/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 717404/20089 (SICONV)** firmado com Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte para a estruturação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Mossoró/RN. Valor total: R\$ 416.565,69. O repasse, que é de R\$ 395.547,28, foram empenhado em 2/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 721399/2009 (SICONV)** firmado com a Prefeitura de Canoas/RS para a criação de uma Casa Abrigo de atendimento à Mulher em situação de violência doméstica em Canoas/RS. Valor total: R\$ 383.211,00. O repasse, que é de R\$ 374.911,00, foram empenhado em 20/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 721403/2009 (SICONV)** firmado com a Prefeitura de Canoas/RS para a criação de um Centro de Referência de atendimento à Mulher em situação de violência doméstica em Canoas/RS. Valor total: R\$ 324.290,00. O repasse, que é de R\$ 317.689,00, foram empenhado em 20/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 721905/2009 (SICONV)** celebrado com Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para a implantação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO. Valor total: R\$ 348.274,23. O repasse, que é de R\$ 340.774,23, foram empenhado em 16/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 717303/2009 (SICONV)** firmado com Tribunal de Justiça de Tocantins visando à implementação de dois Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Araguaína e Gurupi. Valor total: R\$ 663.024,27. O repasse, que é de R\$ 651.714,27, foram empenhado em 1/12/2009 e será pago em 2010.

**Termo de convênio nº 716633/2009 (SICONV)** firmado com o Tribunal de Justiça de Tocantins visando à criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Palmas/TO. Valor total: R\$ 407.364,00. O repasse, que é de R\$ 401.683,19 e será pago em 2010.

#### ***Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e ações***

É de responsabilidade da Coordenação da Chefia de Gabinete da Secretaria de Reforma Judiciário a condução do Projeto nº 87/PI 3006Q: Efetivação da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006, executado por meio da Ação/PRONASCI nº.8857 Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã.

## *Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras*

As metas físicas e financeiras estabelecidas para este Projeto foram alcançadas de forma parcial conforme demonstrado em campo próprio.

### *Dados Gerais da Ação nº 8858 – Valoração dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública*

<i>Tipo da Ação</i>	Atividade - Ação orçamentária
<i>Finalidade</i>	Promover a valorização dos profissionais e operadores de segurança pública para atuação qualificada do Estado nos territórios de descoesão social.
<i>Descrição</i>	Implementação do projeto de saúde para os policiais civis, militares e corpo de bombeiro e familiares; apoio à ampliação e consolidação da rede nacional de educação à distância (EAD); apoio à rede de altos estudos em segurança pública (RENAESP); apoio à formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública nas mais diversas áreas, tais como: policiamento comunitário e resolução de problemas, inteligência policial, condução de cães farejadores, em todas as áreas relativas à perícia, no uso tecnologias não letais e uso proporcional da força, bem como em sistemas de comando de incidentes para as instituições de segurança pública, atendimento a grupos vulneráveis. Apoio à realização de seminários, simpósios e jornadas de direitos humanos, entre outros. Apoio à capacitação para investigação criminal para corregedores de polícia e implementação dos cursos de tecnólogo em gestão penitenciária para agentes, cursos de formação de agentes comunitários sobre o sistema de segurança pública e mediação de conflitos, e implementação de cursos de formação continuada de agentes penitenciários e guardas municipais. Capacitação de magistrados, promotores e defensores públicos em Direitos Humanos.
<i>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</i>	Gabinete do Ministro/Ministério da Justiça
<i>Coordenadora Nacional da Ação</i>	Juliana Márcia Barroso
<i>Unidades Executoras</i>	Unidades do Ministério da Justiça

No âmbito desta ação SRJ executa dois projetos. Ambos direcionados ao fortalecimento da mediação de conflitos. São eles:

**Projeto nº 54, plano interno nº 3007T** – Projeto Fortalecimento da Mediação - Capacitação de Operadores do Direito na Aplicação dos Direitos Humanos e Fundamentais e em técnicas de mediação e o **Projeto nº. 98, plano interno nº 3007X** - Fomento à Prática da Mediação nas Faculdades de Direito – PACIFICAR:

#### *Principais Resultados do Projeto 54/PI3007T*

A execução do projeto 54, plano interno nº 3007T PI, foi prejudicado tendo em vista que a Secretaria Executiva do PRONASCI não disponibilizou os recursos previstos para a execução das metas físicas previstas para o ano de 2009.

### ***Principais Problemas***

---

O problema principal enfrentado na condução deste projeto foi a indisponibilidade dos recursos previstos para o exercício. Como a liberação não ocorreu o cumprimento das metas restou prejudicado.

### ***Contratações e Parcerias***

---

**Projeto nº 54, plano interno nº 3007T** – Projeto Fortalecimento da Mediação - Capacitação de Operadores do Direito na Aplicação dos Direitos Humanos e Fundamentais e em técnicas de mediação: a SRJ, no dia 25 de setembro de 2009, firmou um Acordo de Cooperação com o Tribunal Regional da 4ª Região que engloba os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A proposta é capacitar magistrados da região Sul em técnicas de mediação, conciliação judicial de conflitos e Direitos Humanos.

### ***Transferências***

---

Não ocorreu no período

### ***Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e ações***

---

É de responsabilidade da Chefia de Gabinete da Secretaria de Reforma do Judiciário a condução do Projeto nº 54, plano interno nº 3007T, executado por meio da Ação/PRONASCI nº 8858 – valoração dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública.

### ***Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras***

---

Conforme já fora mencionado as metas físicas e financeiras não foram alcançadas devido à indisponibilidade do orçamento previsto.

## *Principais Resultados do Projeto 98/PI3007X*

---

Quanto ao Projeto Pacificar as atividades concentraram-se no acompanhamento da execução dos convênios firmados em 2009, dezessete ao total, e também na análise das propostas enviadas por meio de um chamamento público publicado em 2009.

Das treze instituições que apresentaram propostas oito foram selecionadas. As parcerias firmadas estão detalhadas no campo próprio, dentre as quais, conforme demonstrado em campo próprio, estão seis Universidades Federais, três Defensorias Públicas, duas Prefeituras Municipais, um Tribunal de Justiça e uma OSCIP.

## *Principais Problemas*

---

Os problemas enfrentados na execução dos Projetos executados no âmbito das ações do PRONASCI, de responsabilidade da Secretaria de Reforma do Judiciário, são da mesma natureza e já estão elencados no campo destinado ao projeto nº 78, plano interno nº 3002P, denominado: Assistência Jurídica ao Preso e Familiares pela Defensoria Pública, executado por meio da Ação nº 8853: Apoio à Implementação de Políticas Sociais.

Com exceção da não liberação dos recursos, que para este Projeto foram liberados, os demais problemas elencados no campo do Projeto 78/PI3002P, supracitado também ocorreram na condução deste Projeto.

## *Contratações e Parcerias*

---

Não ocorreu no período

## *Transferências*

---

As transferências realizadas por meio do Projeto 98/PI 3007X – Projeto Pacificar foram:

*a) transferências com repasses efetuados em 2009:*

**Termo de Cooperação nº 16/2009**, assinado em 18/12/2009, firmado com a Universidade de Brasília/DF com vistas ao fortalecimento do Projeto: “Promoção de técnicas de mediação e comunicação não-violenta: pacificação nas escolas de ensino básico da rede pública de Brasília” desenvolvido pela UNB. O valor total da cooperação é de R\$ 94.547,43; descentralizado na data da sua assinatura.



**Termo de Cooperação nº 14/2009**, assinado em 18/12/2009, firmado com a Universidade Federal de Ouro Preto/MG com vistas a apoiar o Núcleo de Mediação e Cidadania da UFOP que presta atendimento à população de Ouro Preto. Os recursos totalizam R\$ R\$ 85.949,25; descentralizados na mesma data da assinatura.

**Termo de convênio nº 04/2009**, assinado em 09/10/2009, firmado com a Prefeitura Municipal de Canoas, com vistas a implantação de um núcleo de mediação no Centro Universitário Ritter dos Reis com vistas ao fomento às práticas de mediação na Faculdade de Direito da UniRitter e nas comunidades dos bairros Guajuviras e Mathias Velho da cidade de Canoas/RS. Os recursos totalizam R\$ 101.918,00.

**Termo de parceria nº 03/2008** firmado com a Viva Comunidade, Rio de Janeiro/RJ, para estruturar um núcleo de mediação junto a Fundação Getúlio Vargas/RJ. Os recursos totalizam R\$ 100.434,08.

**Termo de convênio nº 52/2008** firmado com a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo para estruturar um núcleo de mediação junto a Faculdade do Espírito Santo – UNES de Cachoeiro do Itapemirim. Os recursos totalizam R\$ 112.000,00.

**Termo de convênio nº 53/2008** firmado com a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco para estruturar um núcleo de mediação junto a Associação Caruaruense de Ensino Superior. Os recursos pactuados totalizam R\$ 119.000,00.

**Termo de convênio nº 55/2008** firmado com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro para estruturar um núcleo de mediação junto a Universidade Cândido Mendes. Os recursos totalizam R\$ 102.000,00.

**Termo de parceria nº 02/2008** firmado com a Central Única das Favelas, Fortaleza/CE, para estruturar um núcleo de mediação junto a Faculdades Nordeste – FANOR. Os recursos totalizam R\$ 321.600,00;

*b) transferências empenhadas em 2009 e que serão repassadas em 2010.*

**Termo de convênio nº 05/2009**, assinado em 30/12/2009, firmado com o Tribunal de Justiça de Pernambuco com vistas ao fortalecimento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Igarassu/PE. Os recursos totalizam R\$ 105.000,04. O valor total do repasse que é de R\$ 103.950,04 foi empenhado em 19/12/2009;

**Termo de convênio nº 23/2009**, assinado em 28/12/2009, firmado com a Defensoria Pública do Estado do Piauí com vistas à estruturação e implementação de Núcleo de Mediação nos Núcleos de Práticas Jurídicas nas seguintes instituições: Centro

de Ensino Unificado de Teresina, Faculdade Santo Agostinho, Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba, Faculdade Integral Diferencial, Associação de Ensino Superior do Piauí. Os recursos totalizam R\$ 103.456,00. O valor total do repasse que é de R\$ 100.000,00 foi empenhado em 19/12/2009.

**Termo de convênio nº 37/2009**, assinado em 28/12/09, firmado com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins com vistas à Implementação um núcleo de Mediação junto ao Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Católica do Tocantins. Os recursos totalizam R\$ 101.020,00. O valor total do repasse que é de R\$ 100.000,00 foram empenhados em 28/12/2009.

**Termo de convênio nº 36/2009**, assinado em 28/12/09, firmado com a Prefeitura Municipal de Passo Fundo/RS com vistas à reestruturação de um núcleo de mediação junto ao Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Passo Fundo. Os recursos totalizam R\$ 102.050,00. O valor do empenho que é de R\$ 100.000,00 foram empenhados em 19/12/2009;

#### ***Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e ações***

---

A responsabilidade pela condução deste Projeto, executado por meio da Ação/PRONASCI nº Ação nº 8858 - valoração dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública, é da Coordenação-Geral de Modernização e Administração da Justiça da Secretaria de Reforma do Judiciário.

#### ***Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras***

---

As metas físicas e financeiras estabelecidas para este Projeto foram atingidas de forma satisfatória.

#### ***d) Desempenho Operacional***

---

##### ***I. Evolução das receitas e despesas***

---

Conforme demonstrado nos campos próprios, a Secretaria de Reforma do Judiciário tem demonstrado seu desempenho operacional. A evolução dos gastos gerais nos últimos três anos demonstra que a estratégia de atuação da SRJ, que como já fora

informado é voltada ao apoio de projetos de promoção a democratização do acesso à justiça, tem surtido resultados satisfatórios.

## *II. Indicadores de desempenho*

---

Os indicadores de desempenho da Secretaria de Reforma do Judiciário estão em fase de elaboração. No entanto, da análise dos resultados gerais alcançados no exercício de 2009 por esta Secretaria constata-se que a sua atuação tem atingido os objetivos almejados por seus dirigentes.

As atividades de acompanhamento de propostas legislativas resultaram, conforme já fora demonstrado em campo próprio, na aprovação de 12 projetos de leis objetos do II Pacto Republicano.

Em relação à promoção do acesso a justiça insta ressaltar que: As parcerias firmadas com vistas à efetivação da **lei Maria da Penha**, no biênio 2008/2009, resultaram no apoio financeiro a 35 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; 26 Núcleos especializados de Atendimento à Mulher da Defensoria Pública; 16 Promotorias e Núcleos Especializados do Ministério Público; 1 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; 1 Centro de Referência da Mulher e 1 Casa Abrigo. Com isso 23 estados foram beneficiados abrangendo diretamente 48 municípios por meio de assinaturas de 52 convênios com investimentos total de R\$ 24.093.491,09.

No que diz respeito à ação de **assistência jurídica integral a população carcerária pela Defensoria Pública da União e Estados** estima-se que 272.883 foram beneficiadas diretamente por meio dos 36 Núcleos especializados de Assistência Jurídica aos Presos e seus Familiares pela Defensoria Pública dos Estados e da União apoiados por meio da firmação de 18 convênios com os estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Já sobre a **Justiça Comunitária** estima-se que até o momento foram realizados 10000 atendimentos por meio dos 36 núcleos do projeto implantados no biênio 2008/2009 nos estados de Alagoas, Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e o Distrito Federal.

Salienta-se que a Secretaria de Reforma do Judiciário promoveu e participou de diversos eventos nos quais foram debatidos com seguimentos da sociedade brasileira as ações e projetos executados e apoiados pela SRJ.

**Realização da palestra “Diálogo sobre o Racismo no Judiciário”** em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Seppir da Presidência da República e com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. O objetivo foi debater a desigualdade racial no Judiciário Brasileiro e de modo que o Governo Federal crie mecanismos de efetivação dos direitos da população negra, uma vez que para que haja uma promoção da democratização do acesso à Justiça no Brasil é fundamental a desconstrução das iniquidades naturalizadas no nosso sistema de justiça.

**Seminário Internacional sobre Independência do Judiciário. A SRJ realizou nos dias 09 e 10 de novembro de 2009 no Rio de Janeiro**, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros e demais parceiros, o Seminário Internacional para a Independência do Poder Judiciário nos Países Ibero-americanos. O encontro reuniu presidentes das Cortes de Justiça, Ministérios de Justiça e Associações de Juízes dos Países Ibero-Americanos que apresentaram propostas que garantam independência aos magistrados da região. O Brasil foi escolhido para sediar o evento por ser um dos melhores exemplos de independência judiciária da América Latina o que garante a qualidade da prestação jurisdicional para a população.

**Participação no Ciclo de Palestras Sérgio Vieira de Mello** realizado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília – DF, em 26 de março de 2009. A iniciativa teve como objetivo homenagear o representante especial do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas-ONU para, Sérgio Vieira de Melo, morto no dia 19 de agosto de 2003 e também estimular a troca de experiências entre o Brasil e o Reino Unido com vistas a despertar o interesse para a questão dos direitos humanos.

**Participação no 2º Seminário Nacional sobre Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho** realizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, em Belo Horizonte – MG nos dias de 15 a 17 de abril de 2009. 300 magistrados trabalhistas debateram a competência atribuída a Justiça do Trabalho por meio da Emenda Constitucional nº 45.

**Participação no I Fórum Nacional dos Juízes Federais Criminais - FONACRIM** realizado pela Associação Dos Juízes Federais Do Brasil – AJUFE, nos dias de 27 a 29 de abril de 2009, em Brasília – DF. 122 magistrados manifestaram sua preocupação quanto aos rumos da justiça criminal em face dos ataques à pessoa do juiz, aos juízes federais e ao Poder Judiciário em virtude de eventuais discordâncias quanto ao teor das decisões judiciais, repelindo as tentativas de desqualificação dos juízes ou da

atividade jurisdicional, independentemente de quem seja o seu autor.

**Participação no II Congresso de Direito Municipal**, realizado pela Fundação Escola Superior de Direito Municipal e pela Procuradoria-Geral do Município, nos dias de 30 de junho a 03 de julho de 2009, em Porto Alegre – RS. 300 advogados debateram o tema do Congresso que foi "O Mundo da Cidade e a Cidade no Mundo".

**Participação no XXXI Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas – CONAT**, realizado nos dias 03 a 05 de setembro de 2009, em Belo Horizonte/MG, pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas –ABRAT, a Associação Mineira dos Advogados Trabalhistas-AMAT e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Seccional de Minas Gerais. 600 advogados trabalhistas debateram sobre as reformas da legislação trabalhista e previdenciária.

**Participação no Congresso Internacional Psicossocial Jurídico** realizado nos dias 20 a 24 de outubro de 2009, pela Secretaria Psicossocial Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em Brasília/DF. Participaram do evento em torno de 1.200 pessoas dentre membros do Poder Judiciário, Executivo e legislativo e demais profissionais envolvidos direta ou indiretamente com a prática do psicossocial jurídico, que junto, debateram questões sobre violência doméstica, justiça comunitária e guarda compartilhada e abuso sexual de crianças em adolescentes.

**Participação no I Fórum Ibero-americano de Direito**, realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Piauí, nos dias 11 a 13 de novembro em Teresina – PI. Trata-se de evento de cunho científico e cultural com o objetivo de criar vínculos permanentes entre a comunidade jurídica de língua espanhola e o Brasil, sobretudo o Piauí, que conta com quase 20 cursos de graduação em Direito, entre instituições públicas e privadas.

Insta ressaltar que com vistas à troca de experiências na área de acesso à justiça e articulação com outros países, a Secretaria de Reforma do Judiciário participou em 2009 dos seguintes encontros internacionais:

**Encontro dos coordenadores da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos – COMJIB** sobre “reforma da Justiça Penal”, realizado nos dias 29 de janeiro a 04 de fevereiro de 2009, na Cidade do México/México.

**Reunião informal da Comissão permanente da Conferência dos Ministros da Justiça dos dois países Ibero-Americano – COMJIB**, realizada nos dias 4 a 9 de fevereiro de 2009, em Quito no Equador. Na ocasião foi apresentada as medidas tomadas pela Coordenação-Geral da COMJIB em relação às ações prioritárias de trabalho definidas

na XVI Conferência especificamente sobre a concepção de uma estratégia que possa redefinir o papel das políticas públicas do setor de Justiça dos Países Membros da COMJIB.

**Encontro sobre “iniciativas Lusófona para a Inovação da Justiça”**, ocorrido nos dias 02 a 05 de maio de 2009, em Lisboa/Portugal. Na ocasião a Secretaria-Geral da COMJIB apresentou os trabalhos realizados em relação às ações prioritária quanto ao projeto do Observatório Ibero-americano da Justiça, definidas na XVI Conferência da COMJIB ocorrida em 2008.

**Workshop realizado pela Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos – COMJIB sobre “mulheres e a Justiça na Iberoamérica”**, realizado nos dias 06 a 10 de maio de 2009, Madri/Espanha.

**Seminário sobre “qualidade e transparência da Justiça: os direitos dos cidadãos perante o processo”**, realizado nos dias 14 a 19 de junho de 2009, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia.

**Reunião dos coordenadores da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americano - COMJIB sobre “a reforma do processo penal”** realizada nos dias 26 e 28 de agosto de 2009, no México. O objetivo da reunião foi promover debates com vistas ao fortalecimento do sistema processual penal dos Países membros da COMJIB em relação aos crimes mais comuns para reduzir o impacto do crime na sociedade e também identificar as reformas legais para promover o tratamento especial de determinados crimes.

**Reunião Anual dos Coordenadores da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos – COMJIB no Rio de Janeiro.** A Secretaria de Reforma do Judiciário recepcionou, nos dias 31/08 a 01/09/09, a reunião anual dos Coordenadores da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Ibero-americanos que aconteceu no Rio de Janeiro/RJ e contou com a presença de representantes de 14 países membros da Conferência.

**Seminário “Combate ao tráfico de seres humanos a partir de uma perspectiva horizontal: o Poder Judiciário, Ministério Público, Entidades e Organizações Não Governamentais”**, realizado nos dias 21 a 25 de setembro de 2009, em Montevideú/Uruguai. **I Feira da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos sobre “novas Tecnologias aplicadas à administração da Justiça”**, realizada nos dias 23 a 25 de setembro de 2009, em San Salvador/ El Salvador. Na ocasião os representantes presentes dos Ministérios de Justiça dos Países membros da COMJIB

apresentaram os progressos sobre o assunto e também expor, por meio stands, projetos sobre novas tecnologias destinadas à administração da Justiça nos respectivos Países. Na ocasião o representante da Secretaria de Reforma do Judiciário apresentou o sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores - RENAJUD, desenvolvido pela SRJ em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério das Cidades.

**Reunião sobre “a reforma do processo civil”** realizada nos dias 11 a 18 de outubro de 2009, na Guatemala. O objetivo da reunião foi promover debates com vistas a propiciar uma troca de experiência sobre os pontos convergentes e divergentes existentes no sistema processual civil dos Países membros da COMJIB.

**Encontro dos cinco principais Países sócios da Conferência de Ministros de Justiça dos Países Iberoamericanos - COMJIB.** Realizado nos dias 10 a 14 de novembro de 2009, em Buenos Aires, Argentina. O objetivo do encontro foi debater sobre a proposta de acordo da COMJIB com o Banco Mundial com vistas à execução de um projeto sobre “Fortalecimento Institucional, Segurança Jurídica e empresarial”.

**Workshop de Justiça e Cidadania: Rumo a uma comunicação à coesão social.** Realizado nos dias 25 a 27 de março de 2009, em Cartagena de Índias, Colômbia. O encontro teve como objetivo validar documento preliminar sobre princípios e regras de comunicação na Justiça.

**Intercâmbio de experiências sobre “adoção e proteção de crianças e adolescentes”.** Realizado nos dias 28 de setembro a 02 de outubro de 2009, em Paris, França. O objetivo do evento foi proporcionar uma troca de experiências sobre a proteção da juventude entre os Países presentes no encontro.

**Seminário sobre “Proteção de Crianças, Adolescentes e Adoção”** realizado nos dias 28 a 30 de outubro de 2009, em Porto Alegre/RS. O objetivo do evento foi proporcionar uma troca de experiência dos Países presentes, Brasil, Portugal e França, sobre o sistema de proteção de crianças e adolescentes e adoção que os países presentes no encontro desenvolvem.

**No plano da Cooperação Internacional** a SRJ realizou por meio do PRODOC Projeto-PNUD BRA/05/036 as seguintes consultorias: a) análise de proposta apresentada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo que disciplina a Ação Civil Pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos; b) pesquisas com vistas à elaboração do III Diagnóstico da Defensoria Pública; c) coordenação e elaboração de anteprojeto de cursos de capacitação em técnicas de mediação comunitária para equipes multidisciplinares e para os agentes comunitários; a ministração de cursos para equipes

multidisciplinares; elaboração de programas e sistemas de avaliação e monitoria com vistas à qualificação de equipes para a estruturação e implementação de núcleos de Justiça Comunitária nas regiões abrangidas pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania –PRONASCI; d) pesquisas com vistas à elaboração de um estudo/diagnóstico sobre a Advocacia Pública no Brasil.

### *III. Análise do desempenho*

---

Inicialmente vale mencionar o comparativo da evolução de receitas e despesas nos anos de 2007, 2008 e 2009.

No ano de 2007 o orçamento aprovado em lei da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) foi de R\$ 2,5 milhões de reais, e ao final do exercício a execução foi de 100%. A partir de 2008 a SRJ teve um aporte significativo de receitas, oriundas do orçamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, ficando a cargo deste órgão a coordenação e execução de 04 (quatro) ações. A receita foi de R\$ 36 milhões (orçamento SRJ somado aos recursos PRONASCI), executados integralmente. Para o ano de 2009, o orçamento da SRJ aprovado em Lei foi de R\$ 3,5 milhões, sendo que R\$ 3,2 milhões foram disponibilizados e integralmente executados. Além desses recursos foram disponibilizados R\$ 24 milhões para execução de 06 ações do PRONASCI, que foram executados em sua totalidade. Portanto, em 2009 o total de recursos executados foi de R\$ 27,3 milhões, montante aproximadamente 10 vezes maior do que o executado em 2007.

A seguir serão detalhados os resultados alcançados em 2009, construídos a partir das metas relacionadas no planejamento estratégico (item II - Plano de ação).

A SRJ centrou esforços para o cumprimento de metas nos seguintes eixos: continuidade das reformas normativas, efetivação de direitos através da promoção de políticas públicas e por fim a realização de estudos e diagnósticos do Sistema de Justiça brasileiro.

Em relação às reformas normativas cabe registrar o cumprimento do principal objetivo para o ano de 2009, qual seja a assinatura do II Pacto Republicano de Estado por um sistema de justiça mais acessível, ágil e efetivo, firmado em 13 de abril de 2009, entre os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que busca promover a agilidade e efetividade jurisdicional e culminou, até o momento, com a aprovação de 13 projetos de lei e uma Proposta de Emenda à Constituição.



Dentre esses projetos podem ser destacados a Lei 12.011/2009, que estrutura da Justiça Federal de primeiro grau, criando de 230 Varas Federais, com o objetivo de interiorizar essa competência; a Lei 12.016/2009, que dispõe sobre a nova disciplina o Mandado de Segurança individual e regulamenta o Mandado de Segurança coletivo; Lei 12.019/2009, que regulamenta a convocação de magistrados para instrução de processo de competência originária do STJ e STF; Lei Complementar 132/2009, que atualiza a Lei Complementar 80 de 1994, organizando a Defensoria Pública da União, bem como normas gerais às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal; Lei 12.063/2009, que regulamenta o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade por omissão; Lei 12.153/2009 - dispõe sobre a criação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Em dia 12 de maio de 2008, foi instituída uma comissão para avaliar, debater e elaborar propostas que auxiliem o governo federal a aprimorar e modernizar a legislação material e processual do trabalho. Os trabalhos da referida comissão, composta por representantes de diversos segmentos do sistema de justiça e associações representativas das carreiras na área do direito do trabalho, resultaram na apresentação de 9 (nove) anteprojetos de lei, dos quais quatro já foram encaminhados à Casa Civil da Presidência da República e demais propostas estão aguardando parecer do Ministério do Trabalho e Emprego para encaminhamento conjunto. No âmbito das políticas públicas coordenadas pela SRJ, as ações que fazem parte do PRONASCI e ações de Democratização do Acesso à Justiça resultaram em um investimento de R\$ 25,4 milhões.

Desse total, R\$ 8,5 milhões foram destinados para criação ou fortalecimento de 25 núcleos de Justiça Comunitária em 9 estados e no Distrito Federal. Esta ação tem o objetivo de capacitar lideranças comunitárias para disseminação do conhecimento, articulação de redes sociais e resolução de conflitos através de técnicas de mediação.

Já a ação de Efetivação da Lei Maria da Penha investiu R\$ 6,5 milhões para implementação ou fortalecimento de 13 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, 5 Promotorias de Justiça e Núcleos especializados no tema, 1 Centro de Referência da Mulher e 1 Casa Abrigo, abrangendo 10 estados.

No âmbito da ação de Assistência Jurídica Integral e gratuita aos presos, foi criada a Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, em parceria com o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais - CONDEGE, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e Defensoria Pública da União – DPU. Através desta iniciativa foi formado um cadastro com Defensores Públicos de todo o país, especialistas na área de

execução penal. A Força Nacional é composta por uma Coordenação Geral e quando requisitada, após aprovação da Diretoria Executiva do CONDEGE, atua para garantir o acesso à Justiça de presos e presas em todo o país. As duas primeiras atuações da Força ocorreram em 2009 nos estados de Minas Gerais e Pernambuco e contaram com a participação de 72 Defensores Públicos. Ao todo foram investidos R\$ 500 mil reais para custeio de passagens, diárias e material de consumo.

O Projeto Pacificar, que tem o objetivo de capacitar estudantes do direito em técnicas de mediação para que sejam aplicadas nos núcleos de práticas jurídicas de faculdades e universidades públicas e privadas, investiu R\$ 684 mil reais em 7 projetos que irão beneficiar estudantes de 6 estados.

Ainda sobre o tema mediação, a SRJ realizou cursos de aperfeiçoamento em técnicas de mediação e composição de conflitos para magistrados e advogados, contemplando representantes de todos os estados do país e o Distrito Federal, para que atuem como multiplicadores em seus respectivos estados.

Além das reformas normativas e a promoção de políticas públicas, a SRJ promoveu debates, seminários e realização de estudos e publicações.

Em novembro de 2009 foi lançado o III Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, estudo que avalia a evolução da instituição, mapeia as suas áreas de atuação, dimensiona a população alvo do serviço, traça o perfil sócio econômico dos Defensores Públicos e aponta soluções e diretrizes para o aperfeiçoamento e consolidação da Defensoria Pública.

Em complementação à política de fortalecimento da mediação foi lançado o “Manual de Mediação Judicial”, que discorre sobre a técnica e prática de formas alternativas de resolução de conflitos, além de orientar o profissional sobre as etapas e fases da mediação. Tendo em vista as reformas normativas no âmbito do processo penal foi lançada a Revista Infraconstitucional do Processo Penal. Em 2009, foi implementado em todos os Tribunais Federais e Estaduais o Sistema RENAJUD – Restrições Judiciais de Veículos Automotores, desenvolvido mediante acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça. É uma ferramenta eletrônica que interliga o Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, possibilitando a efetivação de ordens judiciais de restrição de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, em tempo real.

Por meio deste novo sistema, os magistrados e servidores do Judiciário procedem à inserção e à retirada de restrições judiciais de veículos na Base Índice Nacional (BIN) do

Sistema RENAVAL, e estas informações são repassadas aos DETRANs onde estão registrados os veículos, para registro em suas bases de dados.

A adoção da padronização e a automação dos procedimentos envolvidos na restrição judicial de veículos via RENAJUD, no âmbito dos Tribunais e Órgãos Judiciais, tem como principal objetivo a redução significativa do intervalo entre a emissão das ordens e o seu cumprimento, comparativamente à tradicional prática de ofícios em papel. Desde o período de implementação foram feitas 313.475 inserções no sistema.

A Secretaria de Reforma do Judiciário é coordenadora do Grupo de Trabalho Interministerial – GT criado por meio de Decreto Presidencial do dia 22/10/08 e instalado em 2009, cujo objetivo é revisar a legislação atual e elaborar propostas para o aperfeiçoamento e a modernização dos serviços notariais e de registro brasileiros.

Objetivando dar maior celeridade aos trabalhos do GT, especialmente para aprimorar as discussões sobre as matérias referentes ao tema das serventias de forma mais aprofundada, o Grupo foi subdividido em seis áreas indicando um coordenador que ficaria com a responsabilidade de relatar e sistematizar os trabalhos.

Dos trabalhos do grupo resultou a publicação do Decreto Presidencial nº 6.828, do dia 27 de abril de 2009, que instituiu a padronização do registro civil (nascimento, casamento e óbito) no Brasil e, conseqüentemente, levará a diminuição de erros, falsificações e fraudes. As certidões de casamento, por exemplo, terão detalhes na cor verde; as de óbito em azul e as de nascimento em azul, verde e amarelo. Nas certidões deverão constar matrículas padronizadas e unificadas nacionalmente, que identifique o cartório expedidor, o ano, o livro e a folha na qual foi efetuado o registro. Outra novidade é a obrigatoriedade do cartório registrar no documento o número da Declaração de Nascido Vivo-DNV.

Da análise dos resultados alcançados pela Secretaria de Reforma do Judiciário constata-se que a unidade mostra-se como um importante órgão cuja atuação tem possibilitado a execução de políticas públicas que tem beneficiado diretamente a população brasileira.

*e) Programação Orçamentária*

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>SRJ</b>	<b>30101</b>	200237

### I. Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	N/A	N/A	N/A	N/A	2.345.00	3.500.000	
	PLOA	N/A	N/A	N/A	N/A	2.505.000	1.646.000	
	LOA	N/A	N/A	N/A	N/A	2.505.000	1.646.000	
CRÉDITOS	Suplementares		N/A	N/A	N/A	N/A	886.000	
	Especiais	Abertos	N/A	N/A	N/A	N/A	-	-
		Reabertos	N/A	N/A	N/A	N/A	-	-
	Extraordinários	Abertos	N/A	N/A	N/A	N/A	-	-
		Reabertos	N/A	N/A	N/A	N/A	-	-
	Créditos Cancelados		N/A	N/A	N/A	N/A	587.500	-
Outras Operações		N/A	N/A	N/A	N/A	-	-	
Total		N/A	N/A	N/A	N/A	1.917.500	2.532.000	

### II. Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO	R\$ 155.000	R\$ 1.359.000	N/A	N/A	N/H-	N/H
	PLOA	R\$155.000	R\$1.359.000	-	-	-	-
	LOA	R\$ 2.355.000	R\$ 1.359.000	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		R\$ 587.500	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	N/A	-	-	-	-
		Reabertos	N/A	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	N/O	-	-	-	-

	<b>Reabertos</b>	N/O	-	-	-	-	-
	<b>Créditos Cancelados</b>	N/O	R\$ 886.000	-	-	-	-
	<b>Outras Operações</b>	N/A	-	-	-	-	-
	<b>Total</b>	2.942.000	473.000	-	-	-	-

### III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
Exercícios		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	<b>Dotação proposta pela UO</b>	r\$ 2.345.00	R\$ 3.500.000	R\$ 155.000	R\$ 1.359.000	N/A	N/A
	<b>PLOA</b>	2.505.000	1.646.000	R\$155.000	R\$1.359.000	-	-
	<b>LOA</b>	2.505.000	1.646.000	R\$ 2.355.000	R\$ 1.359.000	-	-
CRÉDITOS	<b>Suplementares</b>	-	886.000	R\$ 587.500	N/H	-	-
	<b>Especiais</b>	N/A	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	<b>Extraordinários</b>	N/O	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
	<b>Créditos Cancelados</b>	R\$ 587.500	-	-	R\$ 886.000	-	-
<b>Outras Operações</b>	N/O	-	-	-	-	-	
<b>Total</b>		R\$ 1.917.500	R\$ 2.532.000	R\$ 2.942.000	R\$ 473.000	-	-

### IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional:

a) Dotações propostas pela UO, PLOA e LOA:

Não ocorreu no período

b) Alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior:

Não ocorreu no período

**V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	200005	04.122.1083.4283.0001	Não se aplica a unidade jurídica da UJ	Não se aplica a unidade jurídica da UJ	92.178,00
		200005	03.122.1083.12GE.0001	-	-	1.238.027,00
	Recebidos	Não ocorreu no período	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	Não ocorreu no período	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	200005	04.122.1083.4283.0001	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	672,00
		200005	03.122.1083.1265.0001	-	-	90.000,00
	Recebidos	Não ocorreu no período	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	Não ocorreu no período	-	-	-	-
	Recebidos	Não ocorreu no período	-	-	-	-

**1. Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa:**

a) justificativas das concessões e recebimentos ocorridos no exercício da gestão

As concessões de créditos realizados pela SRJ foram necessárias para a execução de suas ações, uma vez que a execução do orçamento desta Secretaria é feita pela Coordenação-Geral de Logística do Ministério da Justiça.

*b) análise do impacto da realização dessas programações no conjunto de recursos geridos pela UJ durante o exercício*

As concessões de créditos orçamentários feitos pela SRJ possibilitaram a implementação das suas ações.

## **f) Execução Orçamentária**

### *I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ*

#### *1. Despesas por Modalidade de Contratação*

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>	R\$ 500.675,49	R\$ 1.059.707,50	R\$ 500.675,49	R\$ 1.035.727,50
<b>Convite</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Tomada de Preços</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Concorrência</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pregão</b>	R\$ 500.675,49	R\$ 1.059.707,50	R\$ 500.675,49	R\$ 1.035.727,50
<b>Concurso</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Consulta</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Contratações Diretas</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Dispensa</b>	-	-	-	-
<b>Inexigibilidade</b>	-	-	-	-
<b>Regime de Execução Especial</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Suprimento de Fundos</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pagamento de Pessoal</b>	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Pagamento em Folha</b>	N/A	N/A	R\$ 507.141,57	R\$620.527,86

<b>Diárias</b>	91.668,00	380.235,59	89.202,37	350.442,79 <sup>1</sup>
<b>Outros</b>	25.063.534,78	3.888.084,32	19.071.873,87	3.557.333,72
<b>Não aplicável</b>	25.155.202,78	4.268.319,91	19.161.076,24	3.825.576,10

Obs: Valor pago referente à força de trabalho alocada na Secretaria de Reforma do Judiciário. Entretanto, a despesa é executada pela Secretaria Executiva com os recursos orçamentários daquela Secretaria para o custeio de toda folha de pessoal do MJ, inclusive do pessoal da SRJ.

## 2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>									
1º elemento de	<b>3380.39</b>	760.013	923.250	760.013	923.250	-	-	-	-
	<b>3350.41</b>	-	-	-	-		470.518	-	157.638

<sup>1</sup> Desse montante, R\$ 82.200,41 correspondem aos valores das diárias emitidas no PRODOC do BRA/05/036 em 2009.



despesa									
2º elemento de despesa	3390.39	412.762	-	412.762	-	76.618	215.680	76.618	44.801
	3350.41	-	680.025	-	680.025	-	-	-	-
3º elemento de despesa	3390.33	247.005	-	247.005	-	5.819	117.132	865	593
	3390.39	-	466.505	-	466.505	-	-	-	-
Demais elementos do grupo		367.229	822.039	367.229	822.039	-	110.142	-	-

### 3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. Passagens	R\$ 104.925,17 <sup>2</sup>	R\$ 299.403,13 <sup>3</sup>	R\$ 419.853,12 <sup>4</sup>
2. Diárias e Ressarcimento de Despesas em Viagens	R\$ 73.477,39 <sup>5</sup>	R\$ 149.298,5 <sup>6</sup>	R\$ 351.060,03 <sup>7</sup>
3. Serviços Terceirizados	R\$ 251.808,29	R\$ 383.202,92	R\$ 753.736,39
3.1. Publicidade	N/A	N/A	N/A
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	N/A	N/A	N/A

<sup>2</sup> Desse montante, R\$ 58.890,79 corresponde aos valores das passagens emitidas no PRODOC do BRA/05/036 em 2007.

<sup>3</sup> Desse montante, R\$ 97.224,13 corresponde aos valores das passagens emitidas no PRODOC do BRA/05/036 em 2008.

<sup>4</sup> Desse montante, R\$ 95.921,07 corresponde aos valores das passagens emitidas no PRODOC do BRA/05/036 em 2009.

<sup>5</sup> Desse montante, R\$ 27.833,16 é referente aos pagamentos de diárias e ressarcimentos por meio do PRODOC do BRA/05/036 em 2007.

<sup>6</sup> Desse montante, R\$ 59.667,01 correspondem aos pagamentos de diárias e ressarcimento feitos no âmbito do PRODOC do BRA/05/036 em 2008.

<sup>7</sup> Desse montante, R\$ 82.200,41 é referente a diárias e ressarcimentos pagos por meio do PRODOC do BRA/05/036.

<b>3.3. Tecnologia da informação</b>	N/A	N/A	N/A
<b>3.4. Outras Terceirizações</b>	0	0	0
<b>4. Cartão de Pagamento do Governo Federal</b>	N/A	N/A	N/A
<b>5. Suprimento de Fundos</b>	N/A	N/A	N/A
<b>TOTAIS</b>	<b>R\$ 430.210,85</b>	<b>R\$ 831.904,55</b>	<b>R\$ 1.524.649,54</b>

*4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa*

Grupos de Despesa		Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 – Investimentos</b>									
<b>1º elemento de despesa</b>	<b>4430.41</b>	1.500.000	-	1.500.000	-	-	-	-	-
	<b>4450.41</b>	-	-	-	-	-	147.210	-	76.246
	<b>4480.52</b>	-	272.764	-	272.764	-	-	-	-
	<b>4430.41</b>	-	-	-	-	1.500.000	8.025	1.250.000	-
<b>2º elemento de despesa</b>	<b>4450.42</b>	41.489	-	41.489	-	-	-	-	-
	<b>4490.52</b>	-	-	-	-	8.300	-	8.300	-
	<b>4450.41</b>	-	147.211	-	147.211	-	-	-	-
<b>3º elemento de despesa</b>	<b>4490.52</b>	8.300	-	8.300	-	-	-	-	-
	<b>4430.41</b>	-	8.205	-	8.205	-	-	-	-
<b>Demais elementos do grupo</b>		-	672	-	672	-	-	-	-
<b>5 - Inversões Financeiras</b>		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>1º elemento de despesa</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2º elemento de despesa</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3º elemento de despesa</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Demais elementos do grupo</b>		-	-	-	-	-	-	-	-

<b>6 - Amortização da Dívida</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

**5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ:**

a) Alterações significativas ocorridas no exercício:

Não ocorreu no período

b) Contingenciamento no exercício:

Não ocorreu no período.

c) Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:

Não ocorreu no período

b) Outras questões relevantes:

Não ocorreu no período

**II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**

Não ocorreu no período

**III. Execução Orçamentária por Programa de Governo**

**1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo**

<b>Identificação do Programa de Governo</b>					
<b>Código no PPA: 1083</b>		<b>Denominação: Reforma do Judiciário</b>			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$	R\$		R\$		R\$
3.005.000,00	3.005.000,00	R\$ 2.853.396,00	2.853.396,00		2.853.396,00

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1						
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
<b>Fórmula de Cálculo do Índice:</b>						
<b>Análise do Resultado Alcançado:</b>						

**2. Análise Crítica da execução orçamentária por programa de governo:**

*a) Contingenciamentos no exercício:*

Não ocorreu no período.

*b) Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução dos Programas de Governo:*

Não ocorreu no período.

*c) Outras questões relevantes:*

Não ocorreu no período.

**IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010
14	422	1083	8974	A	4	Unidade	5	34	21	R\$ 1.490.000,	R\$ 1.490.000	R\$ 5.290.000,00
03	122	1083	12GE	P	4	Unidade	11	46	17	R\$ 1.365.000,	R\$ 1.365.000	R\$ 1.900.000
04	122	1083	4283	A	4	Unidade	90	1.079.458	100	R\$ 150.000,	R\$ 92.850,00	R\$ 200.000,00
06	422	1453	8853 78/PI30 02P	p	4	Unidade	03	0	06	R\$ 4.000.000,00	0,0	R\$ 6.000.000,00
06	422	1453	8857 55/PI30 06I	p	4	Unidade	20	25	14	R\$ 2.500.000	R\$ 8.296.340,06	R\$ 6.000.000,00
06	422	1453	8857.87 /PI3006 Q	p	4	Unidade	20	19	44	R\$ 8.500.000,00	R\$ 6.525.281,82	R\$ 17.700.000,00
06	181	1453	8858. 54/PI 3007T	p	4	Unidade	5	0	16	R\$ 1.000.000,00	0,0	R\$ 1.280.000,00
06	181	1453	8858/98 PI nº 3007X	p	4	Unidade	5	7	8	R\$ 500.000,00	R\$ 684.325,72	R\$ 1.000.000,00

### ***1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ:***

#### *a) Cumprimento das metas físicas:*

Não obstante os imprevistos ocorridos que impossibilitaram o alcance das metas previstas para as ações discriminadas no item abaixo, a SRJ executou de forma satisfatória as metas físicas previstas para as ações do Programa Reforma do Judiciário e também para os projetos Pacificar e Justiça Comunitária.

#### *b) Ações que apresentaram problemas de execução:*

As metas físicas e financeiras previstas para os projetos 78/PI3002P -Assistência Jurídica integral ao preso, presa e familiar pela Defensoria Pública, e 54/PI 3007T- Fortalecimento da Mediação, executados pela SRJ no âmbito das ações/PRONASCI nº. 8853 e 8858, respectivamente, não foram cumpridas uma vez que o orçamento previsto

para estes projetos não foi disponibilizado pela Secretaria Executiva do PRONASCI.

A mesma situação ocorreu com o projeto nº 87/PI3006Q – Efetivação da lei Maria da Penha, executada no âmbito da ação/PRONASCI, que tinha previsão financeira de R\$ 8.500.000,00, no entanto, como foi liberado apenas R\$ 6.525.281,82, as metas físicas previstas não foram atingidas.

*c) Ações que superaram de forma significativa às metas estabelecidas:*

As ações que superaram de forma significativa às metas previstas foram às executadas no âmbito do Programa Reforma do Judiciário. São elas: 8974; 12GE e 4283.

*d) Ações Prioritárias na LDO:*

Não se aplica à natureza da Unidade Jurídica da UJ.

*e) Outras questões relevantes:*

Não ocorreu no período.

*g) Indicadores Institucionais:*

Os indicadores do Programa Reforma do Judiciário estão em fase de elaboração não tendo, portanto, como mensurá-lo.

### **3. Recursos Humanos**

*a) Composição do Quadro de Recursos Humanos*

<b>Composição do Quadro de Recursos Humanos</b>			
<b>Situação apurada em 31/12/2009</b>			
<b>Regime do Ocupante do Cargo</b>	<b>Lotação Efetiva</b>	<b>Lotação Autorizada</b>	<b>Lotação Ideal</b>
<b>Estatutários</b>	11	11	20
Próprios	06	06	
Requisitados	05	05	
<b>Celetistas</b>	01	01	
<b>Cargos de livre provimento</b>	05	05	20
Estatutários	05	05	
Não Estatutários	N/A	N/A	
<b>Terceirizados</b>	13	13	15
<b>Total</b>	30	30	<b>55</b>

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

1) Lotação Efetiva:

- a) Estatutários: nos campos “próprios” e “requisitados”, foram considerados, respectivamente, os titulares ocupantes de cargo efetivo do Quadro do MJ lotados na SRJ e os servidores requisitados de outros órgãos em exercício nessa Secretaria, ainda que exerçam ou não cargo de livre provimento;
- b) Celetistas: foi considerado 01 empregado anistiado, pela Lei nº 8.874/94, regulamentada pelo Decreto nº 6.077/2007, em exercício na SRJ;
- c) Cargos de livre provimento: foram considerados somente os servidores sem vínculo com o Serviço Público, em exercício nessa Secretaria.

2) Lotação Autorizada:

- a) Estatutários – Próprios: embora o MJ esteja com o concurso público em andamento para provimento de 450 cargos efetivos em substituição a 500 trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271/97, não foram alocadas, ainda, as vagas para cada Secretaria. A nomeação dos candidatos está prevista para ocorrer somente no exercício de 2010.
- b) Demais situações – requisição de servidores e nomeação de servidores sem vínculo com o Serviço Público, são realizadas de acordo com o interesse da Administração, observando o número de cargos em comissão definidos, por meio de Decreto de Estrutura Regimental, para a Unidade.

I. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

<b>QUADRO PRÓPRIO</b>						
<b>TIPOLOGIA</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Vencimentos e vantagens fixas</b>	<b>Retribuições</b>	<b>Gratificações</b>	<b>Adicionais</b>	<b>Indenizações</b>
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	01	8.894,60	13.628,95	20.170,93	1.863,21	0
2008	01	10.128,83	18.555,68	22.804,19	2.241,16	0
2009	06	20.400,48	19.401,84	16.334,07	4.446,84	0
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2007	00	0	0	0	0	0
2008	00	0	0	0	0	0
2009	01*	0	0	0	0	0
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>						
2007	06	0	191.674,29	13.991,43	6.125,17	11.194,55
2008	04	0	197.194,50	14.927,89	6.965,96	5.246,71
2009	05	0	276.039,25	21.408,06	6.714,69	13.687,52
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>						
2007	03	0	134.646,69	12.284,02	4.617,07	26.134,67

2008	03	0	170.157,60	14.820,80	4.791,02	0		
2009	02	0	167.394,00	13.762,94	4.975,52	1.375,22		
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007	01	0	20.440,00	8.400,00	0	8.400,00		
2008	01	0	107.066,43	8.988,00	0	0		
2009	03	0	133.588,99	19.592,83	2.966,00	0		
<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	N/A	N/A	7	R\$ 251.808,29	N/A	N/A	01	6.240,00
2008	N/A	N/A	7	R\$ 383.202,92	N/A	N/A	01	3.480,00
2009	N/A	N/A	13	R\$ 753.736,39	N/A	N/A	02	9.720,00

\* incluído 01 empregado anistiado – não houve pagamento de remuneração pelo MJ.

A respeito do quadro acima, ressalte-se que o aumento considerável da parcela “vencimento e vantagens fixas”, bem como a redução da parcela “gratificações”, no ano de 2009 em relação aos anos anteriores, deve-se ao fato da reestruturação da composição remuneratória dos cargos efetivos do Plano Geral de Poder Executivo – PGPE, pela Medida Provisória nº 431/2008, convertida na Lei nº 11.784/2008, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009.

Cabe esclarecer, ainda, que referente à tipologia “requisitados com ônus” foi somente considerado na coluna “retribuições” os valores pagos a título de função, observando a opção de remuneração de cada servidor, uma vez que os valores de reembolso foram pagos na modalidade de ressarcimento de pessoal.

*b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009*

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
O	115/2006	FORTESUL – Serviços, Construções e Saneamento Ltda. - 03.059.584/0001-69.	23/08/2006	23/08/2010	N/A	N/A	N/A	N/A	0



**Observação:**

No Contrato não há definição do nível de escolaridade exigido para as atividades terceirizadas.

**c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

- **Absenteísmo:**

Utilizando a fórmula:  $\frac{\text{n}^\circ \text{ de homens/dias perdidos por ausência ao trabalho} \times 100}{\text{Efetivo médio} \times \text{n}^\circ \text{ de dias de trabalho}}$  temos o seguinte índice de absenteísmo na SRJ:  $[(2/89) \times 100] / 17 \times 365 = 0,00003\%$ , sendo que todas as ausências são provenientes de licença para tratamento da própria saúde.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais**

No ano de 2009, não houve ocorrência de acidente de trabalho; Já, no caso de doenças ocupacionais, utilizando a fórmula  $\frac{\text{n}^\circ \text{ de casos de doenças ocupacionais} \times 100}{\text{Total}}$ , temos o seguinte índice:  $(02 \times 100) / 17 = 11,76\%$  n° de servidores.

- **Perfil Etário**

O perfil etário da SRJ é o seguinte:

Situação Funcional	Faixa Etária (anos)					Total
	18 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	>60	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	00	00	02	03	01	06
Requisitado	00	00	03	01	01	05
Sem vínculo	04	01	00	00	00	05
Exercício Descentralizado	00	00	00	00	00	00
Anistiado	00	00	01	00	00	01
Total	04	01	06	04	02	17

De acordo com o perfil etário dos servidores em exercício na Secretaria, observa-se que 67% do Quadro Efetivo da SRJ encontra-se com idade igual ou superior a 51 anos. Se por um lado, isto representa um fato positivo, no que diz respeito à maturidade e experiência da equipe, por outro, constitui um sinalizador da necessidade de se buscar a recomposição do quadro efetivo com novos servidores para viabilizar a transferência de conhecimentos e rotinas, de forma a garantir a manutenção das habilidades acumuladas pelo quadro atual de pessoal.

- **Rotatividade (turnover)**

Rotatividade pessoal não mensurada no ano de 2009.

- **Formação Acadêmica**

A formação acadêmica dos servidores em exercício na SRJ é a seguinte:

Situação	Escolaridade				Total	
	Alfabetização	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental	Ensino Médio		Ensino Superior
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	00	00	00	05	01	06
Requisitado	00	00	00	02	03	05
Sem vínculo	00	00	00	02	03	05
Exercício Descentralizado	00	00	00	00	00	00
Anistiado	00	00	00	01	00	01
Total	00	00	00	10	07	17

De acordo com o quadro acima, 58,8% e 41,2% dos servidores em exercício nessa Secretaria, possui, respectivamente, ensino médio e superior.

- *Educação Continuada*

O Ministério da Justiça conta com dois programas de Educação Continuada: a) Bolsa Universitária: no qual custeia até 50% da mensalidade do curso de graduação para os servidores do Quadro Efetivo do Ministério. b) Pós-Graduação: no qual custeia integralmente o curso, desde que seja em tema que guarde correlação entre as atividades exercidas pelo servidor e a grade curricular do curso.

No exercício de 2009, 01 servidor dessa Secretaria foi contemplado com bolsa de Pós-Graduação.

- *Satisfação e Motivação*

Não há, no momento, instrumento de mensuração do nível de satisfação e motivação dos servidores do MJ. Entretanto, está sendo estudada a possibilidade de realização de pesquisa de clima organizacional no âmbito da Pasta.

- *Disciplina*

No ano de 2009, nenhum servidor lotado na SRJ sofreu penalidade disciplinar.

- *Desempenho funcional*

No ano de 2009, foram implementados 02 instrumentos de avaliação do desempenho funcional:

a) Avaliação para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano de Cargos do Poder Executivo Federal - GDPGPE, instituída pela Lei nº 11.784/2008, regulamentada pela Portaria nº 3.979/2009/MJ.

Para esse procedimento, foram aplicadas à auto-avaliação pelo servidor e a avaliação da chefia superior, com a pontuação variando de 0 a 100 pontos, para 07 fatores

determinantes (conhecimento e autodesenvolvimento; produtividade; autodesenvolvimento; relacionamento interpessoal; trabalho em equipe; iniciativa; comprometimento com o trabalho; disciplina e cumprimento das normas de procedimentos e de condutas no desempenho das atribuições), com pesos diferentes, sendo que a nota final da avaliação foi à média aritmética dessas duas avaliações.

No caso dessa Secretaria, o desempenho aferido foi o seguinte:

Níveis de Pontuação				Total
Nota inferior a 70,00 pontos	Nota de 70,01 a 80,00 pontos	Nota de 80,01 a 90,00 pontos	Nota de 90,01 e 100 pontos	
00	00	00	06	06

b) Avaliação e Certificação dos ocupantes de Funções Comissionadas Técnicas – FCT, instituída pelo artigo 9º do Decreto nº 4.941/2003, regulamentada pela Portaria nº 3.988/2009/MJ.

O procedimento foi dividido em duas etapas:

1ª Etapa: Avaliação, formada pela auto-avaliação do servidor (peso 1) e avaliação de sua chefia imediata (peso 3), sendo que a nota final da avaliação foi a média ponderada dessas duas avaliações.

Alcançando a nota mínima de 75 pontos na primeira etapa, o servidor participou da 2ª etapa – certificação.

2ª Etapa: Certificação, cuja pontuação é baseada em critérios (principais entregas; participação em processos de qualificação e requalificação; grau de escolaridade; participação em grupos de trabalhos, comissões e sindicâncias; publicações; e experiência profissional) com pesos diferentes. Para receber referida certificação, com validade por 01 ano, o servidor deveria alcançar a nota mínima de 45 pontos. Ressalte-se ainda, que se o servidor não atingir a pontuação mínima para certificação, por 02 anos consecutivos, será exonerado da função.

O resultado dessa metodologia de avaliação e certificação, com relação aos servidores ocupantes de Função Comissionada Técnica em exercício na SRJ, foi o seguinte:

- *Níveis Salariais*

Os níveis salariais da força de trabalho da SRJ é a seguinte:

Situação	Faixas de Remuneração (R\$) – Paga pelo MJ							Total
	Não se aplica	Até 2.000,	2.000,0 1 a	4.000,0 1 a	6.000,0 1 a	8.000,0 1 a	Acima de	

	(*)	00	4.000,00	6.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00	
Ativo Permanente (Quadro Efetivo)	00	00	04	02	00	00	00	06
Requisitado	00	02	00	00	02	01	00	05
Sem vínculo	00	00	03	02	00	00	00	05
Exercício Descentralizado	00	00	00	00	00	00	00	00
Anistiado	01	00	00	00	00	00	00	01
Total	01	02	07	04	02	01	00	17

(\*) O servidor ou empregado não recebe nenhuma parcela remuneratória pelo MJ, apenas por força de legislação específica tem exercício fixado no âmbito da Pasta.

- *Demandas Trabalhistas*

No ano de 2009, não houve demanda trabalhista interposta por servidores lotados na SRJ.

- *Outros*

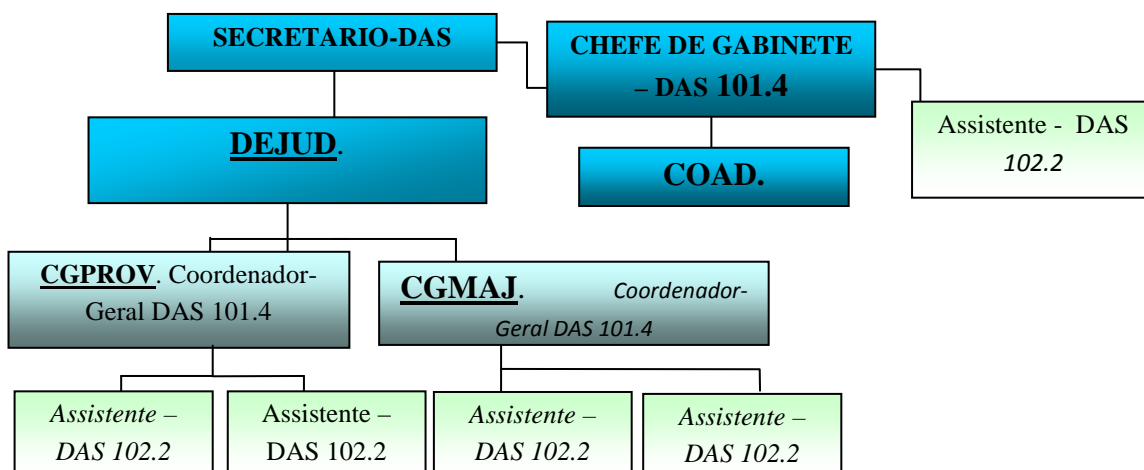
Não ocorreu no período.

#### d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos

- *Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional:*

Conforme se verifica no organograma abaixo o quadro de pessoal alocado na Secretaria de Reforma do Judiciário é insuficiente para atender a sua grande demanda de trabalho. É necessária uma adequação qualitativa do quadro de pessoal, que hoje é reduzido.

Organograma da Secretaria de Reforma do Judiciário



- *Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim:*

Esta Secretaria precisa, com urgência, de uma adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim. Uma vez que, atualmente há Coordenações-Gerais e Diretorias que não têm uma estrutura mínima, tais como uma Secretária, um coordenador, ou Assistentes.

- *Desempenho funcional dos servidores e funcionários:*

Apesar da fragilidade da estrutura da Secretaria de Reforma do Judiciário o comprometimento e empenho dos seus servidores, funcionários, e terceirizados, têm contribuído para que ela desempenhe o seu papel de articulação com os atores envolvidos no processo de reforma do judiciário.

- *Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado:*

Conforme já foram demonstrados nos tópicos anteriores é necessário uma urgente ampliação no quadro de recursos humanos, próprio e terceirizado, da SRJ, pois, com a gestão iniciada em 2007, quando a Secretaria implementou a política de implementação de projetos para a Democratização de Acesso á Justiça, houve a celebração mais de 130 instrumentos de repasse, dentre convênios, Termos de Parcerias e Repasses, com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Universidades e ONGs.

- *Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo:*

O Ministério, em 2009, iniciou a renovação do quadro próprio de servidores com realização de Concurso Público para 500 vagas com vistas à substituição dos funcionários terceirizados por concursados.

- *Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos:*

O Ministério da Justiça promove vários cursos de capacitação de seus servidores, sob orientação da coordenação-Geral de Recursos Humanos, além disso, a Secretária de Reforma do Judiciário incentiva e arca com os custos para seus servidores realizarem cursos de aperfeiçoamento profissional.

- *Efeitos dos Planos demissionais:*

Com o advento do último concurso Público/MJ, a Secretaria de Planejamento Orçamento e Administração/MJ coordenou e indicou a substituição de 6 servidores terceirizados, e no período de transição prejudicará o andamento de algumas demandas da SRJ.

- *Impactos da terceirização na produtividade da UJ:*

A contratação de terceirizados para atender a nossa grande demanda foi e é de grande valia, principalmente pela pequena estrutura que temos, conforme organograma acima mencionado. São servidores responsáveis e dedicados e com a saída dos mesmos teremos grandes dificuldades, todavia a substituição de terceirizados por concursados não está garantida na proporção de 1 X 1.

- *Política remuneratória da UJ:*

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

- *Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ:*

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

- *Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública:*

A SRJ está cumprindo o Cronograma traçado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MJ e está executando paulatinamente a substituição dos terceirizados por concursados.

Dos 6 servidores nomeados indicados para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da Administração Pública, 1 foi substituído em dezembro/2009, 2 estão cumprindo aviso prévio e serão substituídos em abril/2010 e 2 serão substituídos em Junho de corrente, se a proporção de substituição for na proporção de 1 X 1.

## 5. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2009	XX	Não se aplica		
2008	114.000,00	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	114.000,00
2007	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período	Não ocorreu no período
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2009	1.069.107,13	Não se aplica		
2008	1.596.737,29	-10.872,10	1.335.865,19	250.000,00
2007	618.456,37	-10.490,66	514.965,71	Não ocorreu no período
<b>Observações:</b>				

### *I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios:*

a) *Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2009, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício:*

Não ocorreu no período.

b) *As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro:*

Não ocorreu no período.

c) *A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2008 sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto:*

Não ocorreu no período.

d) *Os eventos negativos e/ou positivos que prejudicaram e/ou facilitaram a gestão de RP:*

Dos eventos negativos ocorridos no período destaca-se uma emenda parlamentar ao orçamento de 2008 da SRJ que se destinava à construção de uma sede da Promotoria de

Justiça do Acre no Município de Mâncio Lima. Com os recursos dessa emenda foi firmado o termo de convênio nº 89/2008 com o Estado do Acre para a construção da Promotoria de Justiça no município de Manso Lima / AC. O valor total era de R\$ 277.697,99; sendo R\$ 250.000,00 de repasse e R\$ 27.697,99 de contrapartida.

Os recursos foram empenhados em 30/12/2008, mas com o objetivo de cumprir a legislação vigente, o setor de engenharia deste Ministério solicitou inúmeros documentos e ajustes no projeto básico, que foram atendidos apenas no final do exercício de 2009, prejudicando a liquidação e o pagamento do empenho.

A SRJ ainda aguarda o retorno do processo administrativo, que está sob análise orçamentária da Coordenação Geral de Logística, para verificar se há ainda possibilidade de realizar o pagamento ou se o convênio terá de ser encerrado.

*e) Outras questões relevantes:*

Não ocorreu no período.

---

## **6. Transferências**



Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente									
UG / CNPJ		Texto							
200237.		Secretaria de Reforma do Judiciário							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio nº 01/2009	SICONV: 704233/2009	Governo do Estado da Bahia. CNPJ 13937032000160	R\$ 1.747.027,00	R\$ 17.470,27	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	18/8/2009	31/12/2010	0
Convênio nº 02/2009	SICONV: 704871/2009	Prefeitura do Rio de Janeiro. CNPJ 42498733000148	R\$ 350.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 343.000,00	R\$ 343.000,00	19/11/2009	30/11/2010	0
Convênio nº 03/2009	SICONV: 705010/2009	Prefeitura de Canoas/RS. CNPJ 88577416000118	R\$ 467.977,00	R\$ 9.360,00	R\$ 458.617,00	R\$ 458.617,00	9/10/2009	08/03/2011	0
Convênio nº 06/2009	SICONV: 708741/2009	Governo do Estado do Rio de Janeiro. CNPJ 02932524000146	R\$ 1.400.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	9/12/2009	10/7/2011	0
Convênio nº 28/2009	SICONV 717377/2009	Ministério Público do Rio Grande do Sul. CNPJ: 93.802.833/0001-57	R\$ 337.824,76	R\$ 6.777,00	R\$ 118.167,00	R\$ 118.167,00	28/12/2009	29/4/2011	0
Convênio nº 45/2009	SICONV 723011/2009	Comissão dos Direitos Humanos de Passo Fundo / RS. CNPJ: 89.881.726/0001-94	R\$ 103.000,00	R\$ 2.060,00	R\$ 100.940,00	R\$ 100.940,00	30/12/2009	30/12/2010	0
Termo de Convênio nº 04/2009	SICONV 705017/2009	Prefeitura de Canoas – RS CNPJ: 88.577.416/0001-18	R\$ 101.918,00	R\$ 2.039,00	R\$ 99.879,00	R\$ 99.879,00	15/10/2009	15/4/2011	0
Termo de Cooperação nº 16/2009	Nota de Crédito 2009NC002590	Universidade de Brasília CNPJ: 00.038.174/0001-43	R\$ 94.547,43	0,0	R\$ 94.547,43	R\$ 94.547,43	18/12/2009	18/04/2011	0
Termo de Cooperação nº 14/2009	Notas de Crédito 2009NC002588 2009NC000009	CNPJ: 23.070.659/0001-10. Universidade Federal de Ouro Preto/MG	R\$ 85.949,25	0,0	R\$ 85.949,25	R\$ 85.949,25	18/12/2009	18/04/2010	0
Termo de Cooperação nº 13/2009	Nota de Crédito 2009NC002372	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. CNPJ 00531954000120	R\$ 167.230,00	0,0	R\$ 167.230,00	R\$ 167.230,00	25/11/09	30/12/2010	0
Convênio nº 01/2008	SIAFI 627029	Instituto Cultural São Francisco de Assis/RS. CNPJ 97837363001009	R\$ 422.414,30	0,0	R\$ 422.414,30	R\$ 209.506,60	27/6/2008	28/6/2010	0
Termo de Parceria nº 04/2008	SIAFI 627030	Instituto Desembargador Alceu Conceição Machado. CNPJ 07317788000103	R\$ 122.447,40	R\$ 2.449,00	R\$ 119.998,40	R\$ 119.998,40	30/12/2008	30/11/2010	0
Convênio nº 79/2008	SIAFI 644327	Ministério Público do Ceará. CNPJ 06928790000156	R\$ 606.790,00	R\$ 6.790,00	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	30/12/2008	30/5/2010	0
Convênio nº 87/2008	SIAFI 644646	Prefeitura Municipal de Vitória/RS. CNPJ: 27142058000126	R\$ 321.299,90	R\$ 6.300,00	R\$ 314.999,00	R\$ 314.999,00	31/12/2008	11/2010	0
Convênio nº 22/2008	SIAFI 627033	Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do	R\$ 1.020.408,16	R\$ 20.408,16	R\$ 1.000.000,00	R\$ 250.000,00	27/06/2008	26/07/2010	0

		Sul – CNPJ: 74.704.636/0001-50								
Convênio nº 06/2008	SIAFI 626703	Defensoria Pública do Distrito Federal. CNPJ: 08.685.528/0001-53	R\$ 495.871,00	R\$ 4.928,16	R\$ 300.055,00	R\$ 190.887,84	27/6/2008	27/12/2010	0	
Convênio nº 60/2008	SIAFI 652192	Defensoria Pública do Acre CNPJ: 04.581.375/0001-43	R\$ 408.500,00	R\$ 4.700,00	R\$ 403.800,00	R\$ 403.800,00	26/11/2008	25/05/2010	0	
Convênio nº 25/2008	SIAFI 627034	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania- DF- CNPJ: 08.685.528/0001-53	R\$ 565.017,65	R\$ 5.650,80	R\$ 400.293,65	R\$ 159.073,20	27/06/2008	27/12/2010	0	
Convênio nº 64/2008	SIAFI 644255	Defensoria Pública - do Maranhão CNPJ:00.820.295/0001- 42	R\$ 503.108,27	R\$ 4.981,27	R\$ 498.127,00	R\$ 498.127,00	26/12/2008	25/04/2010	0	
Convênio nº 58/2008	SIAFI 643595	Defensoria Pública do Rio Grande do Norte CNPJ: 07.628.844/001-20	R\$ 499.144,55	R\$ 4.893,57	R\$ 489.357,41	R\$ 489.357,41	26/12/2008	25/02/2011	0	
Convênio nº 65/2008	SIAFI 643658	Defensoria Pública do Rondônia CNPJ: 01.072.076.0001/95	R\$ 606.060,60	R\$ 6.060,60	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	26/12/2008	26/05/2010	0	
Convênio nº 27/2008	SIAFI 627482	Defensoria Pública do Estado de São Paulo CNPJ: 08.036.157/0001- 89	R\$ 3.061.224,49	R\$ 61.224,49	R\$ 3.000.000,00	R\$ 1.081.227,00	27/06/2008	26/08/2010	0	
Convênio nº 56/2008	SIAFI 639715	Defensoria Pública do Tocantins CNPJ: 07.248.660/0001-35	R\$ 319.648,18	R\$ 7.651,18	R\$ 311.997,00	R\$ 311.997,00	26/12/2008	25/11/2010	0	
Convênio nº 63/2008	644254	Defensoria Pública do Sergipe 131.287.980.02902	R\$ 333.223,97	R\$ 3.605,97	R\$ 329.618,00	R\$ 329.618,00	26/12/2008	30/12/2010	0	
Convênio nº 67/2008	SIAFI 647975	Defensoria Publica do Acre. CNPJ: 04.581.375/0001-43	R\$ 305.100,00	R\$ 3.600,00	R\$ 301.500,00	R\$ 301.500,00	26/12/2008	25/06/2010	0	
Convênio nº 84/2008	SIAFI 644644	Tribunal de Justiça do Acre. CNPJ: 04.034.872/0001-21	R\$ 306.800,00	R\$ 5.000,00	R\$ 301.800,00	R\$ 301.800,00	29/12/2008	28/09/2010	0	
Convênio nº 73/2008	SIAFI 650586	Tribunal de Justiça de Alagoas. CNPJ: 04.649.138/0001-77	R\$ 296.744,75	R\$ 5.378,40	R\$ 291.366,35	R\$ 291.366,35	26/12/2008	25/03/2011	0	
Convênio nº 85/2008	SIAFI 644645	Defensoria Pública do Amazonas. CNPJ 04.312.369/0012-43	R\$ 275.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	26/12/2008	25/06/2010	0	
Convênio nº 81/2008	SIAFI 644334	Ministério Público da Bahia. CNPJ 04.142.491/0001-66	R\$ 315.617,74	R\$ 16.480,70	R\$ 299.137,04	R\$ 299.137,04	22/12/2008	22/04/2010	0	
Convênio nº 69/2008	SIAFI 644257	Ministério Público do Ceará. CNPJ: 06.928.790/0001-56	R\$ 302.830,00	R\$ 3.117,00	R\$ 299.713,00	R\$ 299.713,00	26/12/2008	25/03/2010	0	
Convênio nº	SIAFI	Ministério Público do Espírito Santo. CNPJ	R\$	R\$	R\$ 203.464,70	R\$	26/12/2008	25/04/2010	0	

77/2008	644322	02.330.447/0001-74	208.002,16	4.537,46		203.464,70			
Convênio nº 80/2008	SIAFI 644332	Ministério Público do Estado de Goiás. CNPJ 01.409.598/0001-30	R\$ 450.047,52	R\$ 7.242,75	R\$ 442.804,77	R\$ 442.804,77	29/12/2008	28/04/2010	0
Convênio nº 74/2008	SIAFI 644316	Tribunal de Justiça de Pernambuco CNPJ: 11.431.327/0001-34	R\$ 726.634,23	R\$ 7.866,32	R\$ 718.767,91	R\$ 718.767,91	26/12/2008	25/12/2010	0
Convênio nº 83/2008	SIAFI 644643	Defensoria Pública do Piauí. CNPJ: 41.263.856/0001-37	R\$ 291.577,72	R\$ 3.665,00	R\$ 287.912,72	R\$ 287.912,72	23/12/2008	25/04/2010	0
Convênio nº 75/08	SIAFI 644318	Tribunal de Justiça do Piauí CNPJ 06.981.344/0001-05	R\$ 1.221.123,00	R\$ 16.740,00	R\$ 1.204.383,00	R\$ 1.204.383,00	12/12/2008	25/12/2010	0
Convênio nº 76/2008	SIAFI 644320	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro CNPJ: 28.538.734/0001-48	R\$ 268.742,59	R\$ 5.374,86	R\$ 263.367,73	R\$ 263.367,73	26/12/2008	31/07/2010	0
Convênio nº 71/2008	SIAFI 644259	Defensoria Pública do Rio Grande do Norte CNPJ: 07.628.844/0001-20	R\$ 296.856,70	R\$ 3.685,00	R\$ 293.171,70	R\$ 293.171,70	26/12/2008	25/04/2010	0
Convênio nº 72/08	SIAFI 643661	Defensoria Pública de Rondônia CNPJ: 01.072.076/0001-95	R\$ 303.030,00	R\$ 3.030,00		R\$ 299.999,70	26/12/2008	25/05/2010	0
Convênio nº 70/2008	SIAFI 644258	Ministério Público de Rondônia CNPJ: 04.381.083/0001-67	R\$ 343.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 338.000,00	R\$ 338.000,00	26/12/2008	25/04/2010	0
Convênio nº 78/2008	SIAFI 644324	Defensoria Pública do Sergipe CNPJ: 13.128.798/0029-02	R\$ 179.595,93	R\$ 2.021,95	R\$ 177.573,98	R\$ 177.573,98	26/12/2008	25/04/2010	0
Convênio nº 68/2008	SIAFI 644256	Defensoria Pública do Tocantins - CNPJ: 07.248.660/0001-35	R\$ 205.259,51	R\$ 3.070,00	R\$ 202.189,51	R\$ 202.189,51	26/12/2008	25/04/2010	0
Acordo de cooperação Internacional	2009OB804053 e 2009OB806454	PNUD – PROJETO BRA/ 05/ 036. CNPJ 03.723.329/0001-79	R\$ 1.196.014,34	0,0	R\$ 675.000,00	R\$ 521.014,34	29/12/2005	31/12/2010	0

***I. Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo:***

*a) Medidas adotadas para sanear as transferências em situação de tipo 2 – inadimplentes:*

Não ocorreu no período

*b) Situação das transferências efetuadas no exercício frente o disposto no artigo 35, do decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do decreto 6.752/2009, com a redação dada pelo decreto 6.993/2009, ou legislação que o altere:*

Não ocorreu no período

*c) Outras questões relevantes:*

Não ocorreu no período

## 11. Deliberações dos Órgãos de Controle

As contas do PRODOC do Projeto BRA/05/036 – Fortalecimento da Justiça Brasileira, fruto de um acordo de cooperação firmado entre a Secretaria de Reforma do Judiciário e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, foi auditado em março de 2009 pela Controladoria-Geral da União.

As conclusões dos auditores foram:

- a) **Gestão Operacional:** O Projeto tem atingido um nível baixo de execução das atividades programadas de acordo com a previsão constante do PRODOC, o que prejudicado o alcance dos resultados esperados;
- b) **Controles da Gestão:** A Secretaria de Reforma do Judiciário mantém uma estrutura de gerenciamento e controles internos adequados para a implementação das atividades do Projeto, em seus aspectos substanciais;
- c) **Gestão Orçamentária:** O Projeto conta com um adequado controle sobre a execução e classificação orçamentária dos gastos realizados, ressalvados falhas em relação à atualização de controle de compromissos e valor das metas anuais constantes da Matriz de Resultados e Recursos do Projeto;
- d) **Gestão Financeira:** As operações financeiras realizadas no âmbito do Projeto estão sustentadas por documentação de apoio e os controles utilizados são adequados. Os relatórios financeiros do Projeto estão adequadamente apresentados;
- e) **Gestão Patrimonial:** a agência de execução do Projeto não adquiriu qualquer equipamento inventariável no âmbito do BRA/05/036;
- f) **Gestão de Recursos Humanos:** a Agência mantém um razoável controle sobre a contratação, execução e pagamento relativo aos serviços de pessoa físicas, e a administração do pessoal alocado ao Projeto, com observância ao Manual de Execução Nacional e à legislação nacional pertinente, ressalvado o disposto nos itens 3.1.10.2, 3.1.11.3 e 3.1.11.4 deste relatório;
- g) **Gestão do Suprimento de Bens e Serviços:** a seleção, contratação e pagamento de fornecedores de bens e serviços no âmbito do Projeto vêm demonstrando conformidade com os procedimentos aplicáveis, ressalvado o disposto nos itens 3.1.11.2, 3.1.11.3 e 3.1.11.4.

As ressalvas nos itens 3.1.11.2, 3.1.11.3 e 3.1.11.4, do relatório de auditoria dizem respeito a pagamento de diárias, contratação e pessoa física. As recomendações dos auditores estão na planilha abaixo:

<b>1. Número de relatório</b>	222218/2009
<b>2. Descrição da Recomendação</b>	<b>Item 3.1.10.2:</b> Providenciar o ressarcimento dos valores pagos, referente à meia-diária e passagem, a candidata a uma vaga de consultoria. Bem como se abster, doravante, de conceder diárias a qualquer pessoa estranha ao Projeto.
	<b>Item 3.1.11.2:</b> Fazer constar nos instrumentos convocatórios cláusulas informativas da modalidade da licitação, critérios pré-definidos de julgamento, minuta do contrato e regras para recursos.
	<b>Item 3.1.11.3:</b> fazer constar dos contratos firmados prazos para adimplemento das obrigações e sanções para inadimplemento parcial e total.
	<b>Item 3.1.11.4:</b> Seguir estritamente as regras previstas no instrumento convocatório no momento da adjudicação do objeto.
<b>3. Setor responsável pela implementação</b>	SRJ
<b>4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)</b>	<b>Item 3.1.10.2:</b> A beneficiada devolveu ao Projeto valor da meia-diária e da passagem no montante de R\$ 900,99. O projeto justificou o pagamento da diária aos auditores e acatando a determinação da CGU. E não conceder diárias a qualquer pessoa estranha ao Projeto.
	<b>Item 3.1.11.2:</b> Conforme esclarecimentos prestados aos auditores nas normas, Decreto 5151/04 e a portaria 717/06, que regem a contratação de pessoa física não consta à exigência feita na recomendação. Por esse

	motivo não o cumprimento do determinado restou prejudicado.
	<b>Item 3.1.11.3 e 4:</b> O caso apontado foi excepcional e a Agência Executora compromete-se em cumprir nas outras oportunidades.

*b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU*

Não ocorreu no período

12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

*a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.*

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

<b>DECLARAÇÃO</b>	
<b>Denominação completa (UJ):</b>	<b>Código da UG:</b>
SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO - SRJ	200237
<p>Declaro que as informações referentes aos Convênios e Termos de Parcerias firmados estão disponíveis e atualizados, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais -SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios/SICONV, Termos de Parcerias e Convênios, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2009.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e penais desta declaração.</p>	

<b>Local</b>	Brasília-DF 30/03/2009	<b>Data</b>	22 de março de 2010
<b>Coordenador Geral/Responsável</b>	Marcelo Sgarbossa	<b>Matrícula-SIAPE</b>	Nº 1692966

14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

Não ocorreu no período

#### B- Informações Contábeis da Gestão

##### 1. Declaração do contador responsável

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>DECLARAÇÃO PLENA</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>			<b>Código da UG:</b>
SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO - SRJ			200237
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li> <li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	04 de março de 2010
<b>Contador Responsável</b>	José Carlos Gomes	<b>CRC nº</b>	DF 9.261/O-7

##### 5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Não se aplica à natureza jurídica da UJ